

**Leituras do Leste:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético***
(Primeira Parte — As Principais Interpretações Ocidentais)

Luis Fernandes

Introdução

A história do século XX foi marcada pelo surgimento e colapso — no Leste europeu e no continente asiático — de um grupo de Estados que procurou viabilizar um caminho de desenvolvimento alternativo às formas capitalistas que se generalizaram no mundo no século anterior. Ainda hoje, sentimos os tremores e as incertezas provocados pelo desaparecimento deste bloco, encabeçado pela antiga União Soviética, que polarizou o sistema internacional durante quase meio século. Ao longo desse tempo, acadêmicos e políticos, comentaristas e observadores, desenvolveram as mais diversas teorias para determinar a natureza dessas sociedades e Estados. O debate em torno dessa caracterização *teórica* sempre foi (e continua sendo) altamente polêmico, pois envolve um posicionamento *político* diante de opções de desenvolvimento que continuam polarizando a humanidade.

Este artigo faz uma resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste. Como esses Estados tenderam a reproduzir um modelo de organização econômica, política e social baseado na experiência soviética do entre-guerras, este artigo se concentra no exame das diferentes teses sobre a natureza da sociedade e do Estado na URSS. A vali-

dade deste procedimento é reforçada pelo fato de que a maioria das interpretações tendeu a generalizar, para todos os integrantes do “bloco soviético”, a caracterização teórica que faziam da URSS. A resenha se divide em duas partes que serão publicadas separadamente, em edições distintas do *BIB*, refletindo duas “arenas” de debate que se desenvolveram, no fundamental, de forma separada e isolada: na primeira, as leituras desenvolvidas nos marcos das perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos dos principais países ocidentais; na segunda, as leituras geradas no âmbito da tradição do pensamento marxista.

Na primeira parte da resenha, publicada neste número do *BIB*, a maior atenção é dada ao conceito de *totalitarismo* que dominou por largo tempo tanto as reflexões acadêmicas quanto os discursos políticos e jornalísticos sobre a URSS no Ocidente (e agora, com o colapso daquela, parece estar vivendo um certo ressurgimento). Na segunda parte, a ser publicada em um dos próximos números do *BIB*, o exame das diferentes abordagens converge para a análise do conceito de *stalinismo*, que acabou servindo de refúgio teórico para muitos intelectuais e líderes de esquerda que procuram distinguir e separar as formas concretas assumidas pela sociedade e pelo Estado na URSS do projeto emancipador originalmente formulado por Marx

* Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão de bolsa que viabilizou a pesquisa para a elaboração deste artigo, efetuada na London School of Economics (LSE).

(e, para alguns, também por Lênin). Ao final, o poder explanatório dessas diferentes teorias e interpretações será confrontado com o “teste empírico” do colapso dos Estados de tipo soviético em 1989-1991 e da profunda crise econômica, social e política que se lhe seguiu (e ainda prossegue).

Antes de proceder à primeira parte da resenha, cabem algumas palavras de alerta. A classificação das diferentes leituras feita neste artigo obedece a uma lógica expositiva que não deve ser entendida de forma rígida ou mecânica. Como ficará claro ao longo da resenha, inúmeros autores e enfoques, na verdade, combinam elementos de leituras distintas. O volume e a variedade das interpretações teóricas sobre os países do Leste é, de fato, monumental. Limitações de espaço em uma resenha deste tipo naturalmente forçam a uma simplificação de exposição que acaba sacrificando a riqueza e complexidade das teses examinadas. Ela serve melhor para dar um visão panorâmica das interpretações existentes e indicações bibliográficas para quem queira se aprofundar no seu exame.¹ Por isto, para além dos textos citados diretamente no artigo, incluo, ao final, uma bibliografia mais completa sobre cada abordagem examinada e o debate entre elas.

As Principais Leituras Ocidentais

Até o fim da Segunda Guerra, os estudos sobre a União Soviética nos meios acadêmicos ocidentais eram eminentemente *descritivos*. Estes abarcavam desde grandes resenhas históricas (Chamberlin, 1930 e 1935a), a estudos descritivos sobre a evolução da URSS (Batsell, 1934; Maxwell, 1930; Webb e Webb, 1935; Harper, 1938) até relatos de viagem, tanto críticos quanto laudatórios (Gide, 1936; Johnson, 1940). Nos anos 30, alguns analistas começaram a agrupar a União Soviética e a Alemanha nazista na mesma tipologia de regime político autocrático e/ou totalitário, em oposição aos regimes democrático-liberais (Chamberlin, 1935b; Florinsky, 1936; Russell, 1938; Hayes, 1940). Esta classificação, no entanto, era um aspecto secundário dos seus estudos e não chegou

a merecer maior fundamentação teórica ou conceitual.

O estudo das sociedades e dos Estados de tipo soviético só emergiu como uma área específica de interesse nos meios acadêmicos ocidentais nos anos 40, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Correspondem a esse período os primeiros esforços acadêmicos para sistematizar conceitualmente a natureza do Estado e da sociedade soviéticos (que se erigiam, então, como “modelos” para os esforços de reconstrução nos países da Europa Central e do Leste, onde o Exército Vermelho havia jogado papel determinante na derrota do nazi-fascismo). A esta altura, a institucionalização do *mainstream* das Ciências Sociais ocidentais (sobretudo nos países anglo-saxões) já estava bastante adiantada, marcada pela opção metodológica de retalhar a realidade social em esferas de conhecimento altamente segmentadas, compartimentalizadas e especializadas, em detrimento de enfoques ou abordagens mais holísticas.² O resultado foi a emergência de leituras centradas em análises isoladas de diferentes dimensões da complexa e multifacética realidade social dos Estados do Leste. Nesta primeira parte da resenha, examino as distintas interpretações surgidas com base no privilegiamento das dimensões política, econômica e cultural, bem como alguns esforços de síntese mais recentes.

Leituras Centradas na Dimensão Política³

O Totalitarismo

O termo *totalitarismo* surge pela primeira vez no vocabulário político a partir da descrição do projeto fascista pelos seus próprios dirigentes, na década de 20. Segundo Abbott Gleason, os primeiros autores a se referir ao termo foram os teóricos e ideólogos do fascismo italiano Giovanni Gentile e Alfredo Rocco (Gleason, 1984:146). O próprio Mussolini afirmava que: “Para um fascista, tudo está no Estado, e nada de humano nem de espiritual existe e *a fortiori* vale fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é

totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de qualquer valor, interpreta, desenvolve e domina toda a vida do povo.” (Mussdim *apud* Birou, 1982:407-08)

Na sua autodescrição, os autores fascistas davam ao termo totalitarismo uma conotação positiva. Nos anos 30, como vimos anteriormente, o termo passou a ser usado — com conotação pejorativa — por autores que procuravam construir tipologias de regimes políticos agrupando as experiências soviética, fascista e nazista em uma mesma classificação oposta à das experiências democrático-liberais. De uma abordagem apenas marginal no período do entre-guerras, esta leitura — agora voltada exclusivamente para os países do novo bloco soviético no Leste — tornou-se amplamente dominante nos meios acadêmicos, políticos e jornalísticos do Ocidente a partir da erupção da Guerra Fria. Nas duas décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra — período em que os estudos do “comunismo” ou da “área soviética” se consolidaram e legitimaram na academia ocidental — houve uma autêntica avalanche de estudos referenciados na proclamação da “natureza totalitária” da URSS e dos seus aliados.⁴ Dois estudos, em particular, se destacaram ao fornecer uma maior sistematização teórica do conceito de totalitarismo: o livro de Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (Arendt, 1951), publicado pela primeira vez em 1951, e o livro de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Friedrich e Brzezinski, 1965), publicado originalmente em 1956.

O enfoque introduzido por Hannah Arendt localiza as origens do fenômeno totalitário na emergência conjunta do imperialismo e do anti-semitismo no cenário mundial ao final do século XIX. Segundo ela, esse duplo desenvolvimento teria levado à entrada das “massas” na arena política do início do século XX, levando à formação de regimes políticos caracterizados pelo exercício do terror total sobre indivíduos atomizados na sociedade (que eram “mobiliza-

dos” enquanto tal pelos próprios Estados totalitários).

Embora tenha sido precedido pelo trabalho de Hannah Arendt, o livro de Friedrich e Brzezinski foi o que exerceu influência mais marcante, duradoura e decisiva sobre as análises dos Estados e sociedades de tipo soviético desenvolvidas no Ocidente. Preservando a identificação arendtiana do terror como elemento central do totalitarismo, Friedrich e Brzezinski ampliaram a definição do conceito, identificando-o como uma variante moderna dos regimes autocráticos caracterizada por uma “síndrome” de seis traços fundamentais interrelacionados: 1) uma ideologia oficial altamente elaborada, abrangendo todos os aspectos vitais da existência humana; 2) um partido único de massas, tipicamente liderado por um ditador, que se sobrepõe à (ou se mescla com a) burocracia governamental; 3) um sistema de terror, exercido por meio do controle do partido e da polícia secreta, dirigido contra classes da população selecionadas de forma mais ou menos arbitrária; 4) um monopólio quase completo do controle de todos os meios modernos efetivos de comunicação de massa pelo partido/Estado; 5) um monopólio quase completo do uso efetivo de armas de combate; e 6) o controle e direção central de toda a economia por meio da coordenação burocrática de entidades corporativas previamente independentes (Friedrich e Brzezinski, 1965:22).

A influência desta interpretação cresceu de tal maneira nos países ocidentais nos marcos da Guerra Fria, que a caracterização dos Estados e sociedades de tipo soviético como *totalitários* passou a ser quase uma “doutrina oficial”. Este sucesso não se deve, unicamente, à instrumentalização do conceito pela política externa norte-americana no pós-guerra. A leitura do totalitarismo ganhou legitimidade, igualmente, por destacar insuficiências e distorções muito reais e concretas no desenvolvimento democrático dos Estados do Leste (que, por sinal, sempre fizeram questão de destacar o compromisso com a “democracia socialista” nos seus discursos ofi-

ciais). Ela se tornou, por assim dizer, uma opção teórica “natural” para os autores, analistas e lideranças que queriam expressar sua condenação moral e política dos Estados em questão.

Em meados dos anos 60, no entanto, começaram a emergir — sobretudo nos meios acadêmicos — questionamentos crescentes a respeito da validade da caracterização dos países do bloco soviético como *totalitários*.⁵ Em parte, esses questionamentos refletiam a redução nas tensões da Guerra Fria e o desanuviamento das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Crise dos Mísseis, em 1962. Eles refletiam, igualmente, a crítica crescente aos aspectos mais belicistas da política externa norte-americana no período, que culminou nas grandes mobilizações universitárias contra a guerra do Vietnã. O clima acadêmico gerado pela “revolução behaviorista” nas Ciências Sociais norte-americanas também generalizou o ceticismo em relação à concepção monista do Estado totalitário, já que esta não estava fundada na análise de variáveis claras e visíveis no processo político. Mas o principal problema enfrentado pela leitura totalitária nos anos 60 era mesmo a sua inconsistência empírica: ela era incapaz de explicar ou abarcar as mudanças políticas deflagradas nos países do bloco soviético a partir da campanha de “desestalinização” promovida por Krushev.

O fato é que todas as teorias do totalitarismo (tanto na sua versão original quanto nas tentativas posteriores de redefini-lo como mero tipo ideal classificatório) se apoiavam na noção de um Estado “onipresente” e “onipenetrante” que mobilizava e controlava indivíduos atomizados na sociedade. Essa construção teórica apontava para uma dinâmica interna de perpétua reprodução do sistema, que só poderia ser quebrada pela derubada violenta deste — quer por uma intervenção externa, quer por uma explosão interna. Não havia lugar nessa construção para mudanças e/ou transformações substanciais no próprio sistema “totalitário”.

Em resposta a estas crescentes inconsis-

tências, diversas e repetidas tentativas foram feitas para adaptar e redefinir o conceito de totalitarismo.⁶ Estes esforços, no entanto, acabaram por esticar o conceito em direções diferentes e contraditórias. Já não se podia falar em um único conceito ou teoria integrada, mas em *conceitos e teorias* do totalitarismo. O único denominador comum único entre estes era o viés ideológico liberal inscrito na sua própria construção tipológica (Barber, 1969; Fernandes, 1994).

Ao final dos anos 60, já era notório o acentuado declínio do fascínio pelo totalitarismo nos estudos sobre as sociedades do Leste nos meios acadêmicos ocidentais. As principais tentativas de resgatar o conceito tenderam a enfatizar a sua utilidade enquanto “tipo-ideal” weberiano no estudo comparativo de diferentes regimes, países e períodos de desenvolvimento político, em vez de um “modelo” teórico com pretensões explanatórias.⁷ A esta marginalização acadêmica não correspondeu um desuso político ou jornalístico do termo — com intensidades diversas, a contraposição entre “totalitarismo” e “mundo livre” continuou ocupando posição privilegiada nos discursos dos governantes e na cobertura da mídia (sobretudo nos Estados Unidos) até o colapso do bloco soviético e da própria URSS em 1989-1991.⁸ Este colapso, por sinal, fez o termo ressurgir como caracterização “oficial” dos antigos regimes nos discursos acadêmico, político e jornalístico dos próprios países do Leste. Ele tem alimentado, igualmente, um certo renascimento das teorias do totalitarismo nos meios acadêmicos ocidentais. Voltaremos a abordar isto ao final da segunda parte da resenha. Por ora, examinemos as abordagens teóricas que se apresentaram como alternativas ao enfoque totalitário após o ocaso acadêmico deste.

O Pluralismo

Quando a insatisfação com o conceito de totalitarismo começou a se ampliar nos anos 60, muitos autores começaram a identificar a raiz do problema no fato de os “estudos do comunismo” e a “sovietologia” terem se mantido à margem dos desenvolvimentos

teóricos que vinham marcando as disciplinas mais estabelecidas das Ciências Sociais (Laquer, 1964; Tucker, 1967; Fleron, Jr., 1969). Seguindo esta pista, uma nova abordagem teórica alternativa ao totalitarismo surgiu no final dos anos 60, incorporando ao estudo dos Estados e sociedades de tipo soviético a perspectiva teórica então predominante na Ciência Política norte-americana — a perspectiva *pluralista*, baseada na *teoria dos grupos de interesse*.

A perspectiva pluralista foi desenvolvida na Ciência Política norte-americana do pós-guerra em meio a uma dupla polêmica. Do ponto de vista externo, ela se dirigia contra a “nova ameaça *monista*” (o “totalitarismo”, nas suas versões nazi-fascista e comunista). Internamente, ela se voltava contra novas caracterizações *monistas* do sistema político norte-americano (especialmente a noção, desenvolvida por C. Wright Mills, da dominação do governo dos Estados Unidos por uma “elite do poder”) (Mills, 1956). A relação entre a perspectivas teóricas do pluralismo e do totalitarismo nos anos 50 e 60 era, assim, basicamente complementar. Ambas eram estruturadas pelo mesmo viés liberal analítico e normativo, tendo como base a dicotomia das esferas pública e privada. Ambas reproduziam a mesma oposição tipológica fundamental entre o totalitarismo/monismo e a democracia liberal/pluralismo.

Esta complementaridade foi quebrada, no entanto, quando se tentou aplicar a perspectiva pluralista dos grupos de interesse para o exame de sociedades que supostamente materializavam o “outro” conceitual. Do ponto de vista teórico, isto implicava que os processos políticos nas sociedades socialistas do Leste seguiam padrões mais próximos ao que se atribuía às democracias liberais. Por isto mesmo, a “importação” da perspectiva pluralista aos estudos dos Estados de tipo soviético enfrentou uma oposição cerrada dos autores que continuavam a defender a validade do conceito de totalitarismo (Janos, 1971; Odom, 1976).

O trabalho seminal que introduziu o novo “modelo” pluralista nos estudos ociden-

tais sobre as sociedades do Leste foi o texto de Gordon Skilling intitulado “Interest Groups and Communist Politics”, apresentado originalmente ao encontro da Associação Canadense de Ciência Política em 1965 (Skilling, 1967). Este trabalho efetuou dois cortes principais com as teorias do totalitarismo: 1) ele concebeu o Estado e o partido dominante nas sociedades de tipo soviético como entidades *não-monolíticas*, no interior das quais persistiam conflitos substanciais; 2) ele postulou a existência efetiva de processos de agregação de interesses individuais nestas sociedades com impactos importantes sobre a formulação de políticas oficiais.

Skilling identificou *grupos de interesse políticos* nos países do bloco soviético operando no mesmo sentido que os seus congêneres norte-americanos, conforme a formulação clássica de David Truman nos anos 50: nomeadamente, eram grupos que, “na base de uma ou mais atitudes em comum”, encaminhavam suas reivindicações a outros grupos da sociedade e, mais especificamente, “por dentro ou sobre qualquer uma das instituições do governo” (Truman, 1971; Skilling, 1967).

A incorporação do enfoque pluralista aos “estudos da área soviética” no Ocidente gerou uma ampla gama de pesquisas empíricas sobre diferentes aspectos dos processos de formação de políticas públicas nos países do Leste.⁹ Estes estudos revelaram a existência de interesses diferenciados nesses Estados e analisaram o seu impacto sobre os processos de formação de políticas públicas. Isto ampliou enormemente a autoridade e influência da leitura pluralista, sobretudo porque revelava quão insustentáveis eram as premissas fundamentais das teorias do totalitarismo (o controle absoluto do Estado sobre massas inteiramente atomizadas). Entre os autores que procuraram sistematizar teoricamente a natureza do pluralismo na URSS destaca-se Jerry Hough, que formulou o conceito de “pluralismo institucional” (Hough, 1977, 1983; Fainsod e Hough, 1979).

Nos anos 70, a perspectiva pluralista pa-

recia destinada a substituir o totalitarismo como quadro teórico dominante dos estudos ocidentais sobre as sociedades de tipo soviético. Mas os problemas teóricos inerentes à nova abordagem não tardaram a aparecer. O principal deles era a forma como a leitura pluralista concebia a agregação de interesses nos países do bloco soviético. Como vimos, ela projetou sobre os países do Leste o *mesmo tipo* de agregação de interesses que David Truman havia identificado na sociedade norte-americana. Isto era claramente problemático, já que estes Estados não se referenciavam na dicotomia entre o “público” e o “privado” que fundamenta o discurso liberal-democrático dos Estados Unidos, e, portanto, não aceitavam como legítima a formação de grupos *autônomos* de interesse fora dos parâmetros das organizações de massa oficialmente reconhecidas.

A perspectiva pluralista procurou contornar essa óbvia limitação concentrando sua atenção na formação de “subsistemas informais” ou “grupos de opinião” no interior de instituições estatais e organizações oficiais de massa (Lehmbruch, 1983). Mas, mesmo assim, ela preservava na análise destas sociedades o mesmo modelo de vetores formulado no estudo do sistema político norte-americano, com o poder e influência emergindo dos grupos para moldar a ação do governo. Ou seja, ela insistia em caracterizar os Estados de tipo soviético como sistemas políticos pluralistas no sentido democrático-liberal.

Isto nos conduz a uma segunda limitação fundamental — a obliteração do Estado pelo quadro teórico do pluralismo. Se a negação de qualquer autonomia significativa para o Estado já era altamente problemática no estudo dos sistemas políticos ocidentais, ela se tornava *fatal* quando a perspectiva pluralista era “exportada” para os países socialistas do Leste, dada a materialização administrativa do conceito de “partido de vanguarda” nestes e a decorrente fusão entre partido e Estado numa estrutura altamente centralizada e hierarquizada. À luz disto, um quadro teórico que negava autonomia fundamental ao Estado nos países do “bloco so-

viético” claramente deixava de captar fatores cruciais do desenvolvimento político desses países.

Estas limitações teóricas eram agravadas, ainda, por problemas normativos. O fato é que, além de preservar o mesmo viés idealizador dos regimes democrático-liberais ocidentais que já identificamos nas teorias do totalitarismo, a perspectiva pluralista não oferecia bases teóricas sólidas para uma crítica mais contundente das limitações e deformações democráticas nos antigos regimes do Leste. Afinal, o desenvolvimento político destes também acabava sendo idealizado com base no modelo vetorial dos grupos de interesse.

O crescente reconhecimento dessas limitações não permitiu à perspectiva teórica do pluralismo consolidar-se como herdeira do totalitarismo nos estudos sobre os Estados de tipo soviético. Ao final dos anos 70, muitos autores e pesquisadores da área já procuravam novas referências teóricas e conceituais.

O Corporativismo

A partir da publicação do trabalho seminal de Phillippe Schmitter em 1974 (Schmitter, 1974), a perspectiva teórica do pluralismo começou a sofrer contestação cada vez mais forte no *mainstream* da Ciência Política ocidental por parte de autores que procuravam resgatar e redefinir o enfoque teórico do corporativismo. Em contraposição às limitações teóricas do pluralismo discutidas acima, a abordagem neocorporativa conseguia abarcar conceitualmente tanto a existência de um Estado ativo e autônomo quanto a não-prevalência de grupos de interesses múltiplos e fragmentados na sociedade. Por isto mesmo, alguns autores a adotaram no início dos anos 80 como referência teórica ideal para superar as limitações da abordagem pluralista no estudo dos países do Leste, sem recair na falácia totalitária de negar a possibilidade da agregação de interesses nesses países.

O primeiro trabalho a aplicar de forma mais sistemática a nova perspectiva do cor-

porativismo ao estudo dos Estados de tipo soviético apareceu em 1980 (Bunce e Echols III, 1980). O argumento fundamental dos autores era o de que Brejnev havia inaugurado uma nova era no desenvolvimento político soviético, caracterizado pela busca ativa de estabilidade política por parte do Estado; pelo consenso social e pela cooperação; pela incorporação de grupos de interesse funcionais e especialistas ao processo de formulação de políticas públicas; pela expansão do Estado de Bem-Estar; e por um crescimento econômico contínuo. Segundo Bunce e Echols, todas estas características se encaixavam perfeitamente nos elementos essenciais do corporativismo identificados por Schmitter.

Na primeira metade dos anos 80, outros trabalhos foram surgindo procurando incorporar (com graus variados de sucesso e convicção) a perspectiva do corporativismo ao estudo dos países do Leste.¹⁰ É interessante notar que o próprio Schmitter nunca se converteu da propriedade de estender o seu conceito de corporativismo ao sistema político soviético. Ele preferiu caracterizar a URSS como um protótipo de “monismo leninista” (Schmitter, 1974). Na sua opinião, o que diferenciava este do corporativismo era o papel central do partido único, que concentrava nas suas mãos o poder de criar, subsidiar e controlar ideologicamente as unidades de representação de interesses no interior do sistema. Schmitter admitia, no entanto, a possibilidade do “modelo” corporativo ser relevante para o estudo dos desenvolvimentos políticos em outros Estados do Leste europeu.

Apesar de admitir a autonomia de um Estado ativo e a prevalência de formas segmentadas e não inteiramente autônomas de agregação de interesses nos países do Leste, a leitura corporativa acabou revelando limitações semelhantes às que já vinham afligindo o pluralismo. O problema fundamental, uma vez mais, era a forma como concebia a intermediação de interesses nos Estados de tipo soviético. O enfoque teórico do corporativismo enfatiza o estabelecimento e reconhecimento, pelo Estado, de corpos interme-

diários segmentados estruturados sobre linhas funcionais. Mas que “linhas funcionais” são estas? Elas envolvem, na verdade, funções de *produção*. O conceito de corporativismo se relaciona, fundamentalmente, à *política da produção* (Cawson, 1983). Aqui, a diferenciação funcional básica é a que opõe *proprietários privados de capital* (capitalistas) e *trabalhadores* dentro de cada setor da economia. A constituição de estruturas corporativas, portanto, depende do reconhecimento, pelo Estado, da legitimidade da existência desses interesses e da necessidade de incorporá-los ao processo de formulação de políticas oficiais. Trata-se, assim, de um processo de atribuição de *status* público a grupos de interesse privados (Offe, 1989). Enquanto tal, ele *pressupõe* a existência na sociedade de esferas “públicas” e “privadas” significativas que têm de ser articuladas para garantir a reprodução do sistema. Em outras palavras, pressupõe a *predominância* de formas privadas de propriedade na produção, distintas e separadas do Estado, que este procura controlar por meio da incorporação dos seus representantes funcionais em estruturas deliberativas ampliadas.

As limitações conceituais da aplicação deste “modelo” aos Estados socialistas do Leste são óbvias. Os Estados de tipo soviético nunca reconheceram ou admitiram a legitimidade “funcional” da propriedade privada sobre meios fundamentais de produção. Os dirigentes estatais tampouco precisavam ampliar o seu controle sobre a produção via a incorporação de diretores de empresas em estruturas deliberativas corporativas, porque estas empresas já faziam parte do aparelho de Estado e seus diretores já estavam submetidos à definição centralizada (e minuciosa) de metas produtivas. Assim, a tentativa de estabelecer uma analogia conceitual entre esses diretores e os capitalistas privados dos arranjos corporativos e neocorporativos no Ocidente era claramente problemática.

Talvez escaldados pelo acaso das duas leituras anteriores, os estudiosos dos Estados do Leste envolvidos com a abordagem corporativa não tardaram a reconhecer esta li-

mitação conceitual. Em meados dos anos 80, o flerte com a abordagem corporativa já estava praticamente encerrado. Basta ver que, apenas três anos depois de escrever que o corporativismo havia “chegado à União Soviética para ficar” (Bunce e Echols III, 1980:20-1), a mesma Valerie Bunce publicou outro artigo anunciando a “queda do corporativismo na URSS” (Bunce, 1983).

Leituras da Burocracia

No mesmo período em que as leituras pluralista e corporativista marcavam sua presença nos estudos sobre os Estados do Leste, um terceiro enfoque teórico também se apresentou como alternativa às teorias do totalitarismo, reunindo diferentes autores que traziam o conceito de *burocracia* para o centro das suas análises.¹¹ Embora as abordagens destes autores não fossem homogêneas entre si, elas tinham como matriz teórica comum as reflexões clássicas de Max Weber sobre a generalização da racionalidade burocrática no mundo moderno¹² e de Robert Michels sobre o impacto “oligarquizante” do imperativo organizacional na política moderna (Michels, 1982). Nesta base, elas identificavam como característica principal dos Estados e sociedades de tipo soviético o fato de a administração estatal, coordenada e unificada pelo “partido único”, substituir o mercado como mecanismo fundamental para o ordenamento das atividades sociais (Rigby, 1992). Segundo estes autores, o resultado (como já haviam previsto Weber e Michels) foi a expansão sem precedentes da lógica e das estruturas estatal-burocráticas, que passaram a dominar — de forma opressiva e alienante — todas as esferas da vida social. Assim, segundo o principal expoente desta abordagem nos meios acadêmicos ocidentais: “Como a burocracia moderna, a dominação comunista é essencialmente uma tentativa de impor a administração racional à vida social, por meio de uma complexa organização” (Meyer, 1969:190, tradução minha).

O nome dado a esta gigantesca estrutura organizacional e burocrática por cada um dos autores citados era diferente. Meyer op-

tou por uma denominação — “USSR Incorporated” — que marcava a analogia com as estruturas integradas das grandes corporações capitalistas (Meyer, 1961). Rigby optou pelo termo “sociedade mono-organizacional” (Rigby, 1976). A polonesa Maria Hirszowicz preferiu o título sugestivo de “Leviatã Burocrático” (Hirszowicz, 1980). Independente da nomenclatura (sem trocadilho...), todos apontavam para a generalização do mesmo tipo de fenômeno burocrático nos países do Leste.

A exemplo das demais leituras já resenhadas, a aplicação do enfoque da burocracia nos estudos sobre os Estados de tipo soviético também se deparou com graves problemas teóricos e empíricos. O próprio conceito geral de *burocracia* está carregado de imprecisões, indefinições e ambigüidades, que não são facilmente resolvidas do ponto de vista teórico.¹³ Aplicado aos Estados e sociedades do Leste, este enfoque não conseguia precisar os contornos e as fronteiras daquilo que era a sua categoria central: para uns, a burocracia se limitava aos ocupantes de cargos-chave de direção no Partido e no Estado; para outros, ela se materializava no conjunto do Partido dirigente; para outros, ainda, ela abarcava o conjunto das instituições do Partido e do Estado (o que significava que praticamente toda a sociedade a integrava, já que a quase totalidade das atividades econômicas, culturais e desportivas se desenvolvia em órgãos estatais!).

Quando definida no sentido weberiano estrito da lógica racional-legal, a transplantação do enfoque da burocracia se revelava ainda mais problemática. Em termos da sua construção conceitual, essa transplantação ignorava diferenças cruciais entre a racionalidade impessoal, rotinizada e formal, inscrita na definição da burocracia em Weber, e a lógica eminentemente política, improvisada e orientada para metas substantivas que imperava nos Estados de tipo soviético (tendo ao centro a direção altamente centralizada dos “partidos únicos”). Em outras palavras, a lógica político-partidária predominante no Leste era fundamentalmente distinta das

formas racionais-legais identificadas nos processos de burocratização do Ocidente.

Visto por este ângulo, como observou Alec Nove, o período da liderança de Stalin na URSS a partir do fim da Nova Política Econômica (NEP) teria de ser definido como eminentemente *antiburocrático*, já que esse dirigente fez de tudo para impedir a consolidação de uma elite burocrática com interesses e visão próprios (Nove, 1975a:60). Na mesma linha, Stephen Cohen apontou a incoerência de se identificar o advento e a dominação de uma burocracia eminentemente conservadora e cautelosa precisamente no período em que se operavam as mais violentas e profundas rupturas e transformações em todos os campos da vida social na União Soviética — o cancelamento das concessões da NEP, o lançamento dos primeiros planos quinquenais, os acelerados processos de coletivização e industrialização, os expurgos etc. (Cohen, 1977:26-27).

No final das contas, os enfoques centrados na burocracia acabavam por reproduzir alguns dos problemas fundamentais das leituras políticas resenhadas anteriormente. Como o totalitarismo, sua visão unitária, integrada e altamente hierarquizada do Partido/ Estado acabava reproduzindo uma concepção monista deste. Como o pluralismo e o corporativismo, sua ênfase em um processo comum de burocratização no Leste e no Ocidente acabava obliterando diferenças sistêmicas fundamentais entre os dois grupos de países. O reconhecimento dessas limitações fez com que mesmo os mais representativos expoentes do “enfoque burocrático” acabassem por tentar combinar sua abordagem com a de outras leituras para gerar uma interpretação mais consistente do desenvolvimento dos Estados e sociedades de tipo soviético.¹⁴

Leituras Centradas na Cultura Política

Uma abordagem alternativa aos estudos centrados na dimensão política é a que privilegia explicações e interpretações baseadas na *cultura* (sobretudo na *cultura políti-*

ca). O que este enfoque enfatiza é a reemergência de valores culturais “tradicionais” como um elemento central do desenvolvimento dos países do Leste no período “socialista”. A ênfase, portanto, é na *continuidade* dos sistemas pré e pós-revolucionários. Não se trata de uma leitura propriamente nova. Do ponto de vista da teoria política clássica, ela remete às reflexões de Montesquieu sobre o “espírito das leis” baseado nos “morais e costumes nacionais” (Montesquieu, 1950-1961) e de Tocqueville sobre os hábitos e costumes por trás das instituições democráticas norte-americanas (Tocqueville, 1945). Na teoria política contemporânea, ela se inspira nas formulações dos autores que procuraram examinar a relação entre a “cultura política” e o “desenvolvimento político” (Almond, 1956; Almond e Coleman, 1960; Almond e Verba, 1963; Pye e Verba, 1965; Huntington, 1968; Kavanagh, 1972 e 1980). Mais recentemente, essa perspectiva teórica ressurgiu com força nas reflexões de Samuel Huntington sobre as grandes linhas divisórias (culturais) na atual evolução do sistema internacional (Huntington, 1993).

Os principais responsáveis pela incorporação do enfoque da cultura política aos “estudos da área soviética” no Ocidente foram Robert Tucker (1977 e 1987), Archie Brown e Jack Gray (1977) e Stephen White (1979). Dissidentes emigrados russos, no entanto, já vinham levantando o tema do “renascimento da Grande Rússia no âmbito da URSS” desde os anos 20 (Miliukov, 1927; Timashev, 1946; Berdiaev, 1937, 1948 e 1966). Fora dos meios acadêmicos, trata-se de uma temática corrente e recorrente nos discursos jornalísticos, diplomáticos e políticos ocidentais ao longo do século.¹⁵

Esta abordagem cultural teve o grande mérito trazer para exame dimensões da vida social nos países do Leste (sobretudo os valores culturais) que eram ignoradas ou obscurecidas pelas leituras centradas unicamente em análises político-institucionais. Ela ajudou a compreender melhor como elementos da cultura tradicional desses países se recomposaram e se articularam com a nova ideolo-

gia oficial (marxista) de Estado, que propunha promover uma “revolução cultural” para formar um “homem novo” socialista. Ela chamou atenção para o fato de a montagem dos Estados de tipo soviético não ter se dado no vazio, mas em condições históricas concretas, onde os valores e imagens populares sobre a política e a experiência acumulada de relacionamento com o poder desempenham papel importante.

Mas isto marca, também, as limitações da abordagem cultural. Justamente por enfatizar o tema da *continuidade*, ela é incapaz de explicar processos de mudança e transformação. Para usar uma conhecida imagem da teoria marxista, ela consegue explicar por que elementos do “velho” reaparecem no “novo”, mas não o advento desse “novo”. Ela fornece elementos para compor uma visão global de fenômenos, mas é inadequada para a identificação da dinâmica interna básica desses mesmos fenômenos. E ao enfatizar o ressurgimento de “valores nacionais tradicionais”, ela muitas vezes resvala para uma visão reificada da própria cultura (incluindo a identidade nacional), que deixa de ser concebida como *construção social* (e, portanto, mutável) para ser tratada como um dado natural, objetificado e permanente.

O enfoque “culturalista”, portanto, nunca conseguiu gerar esquemas explicativos ou interpretativos gerais sobre o desenvolvimento dos Estados e sociedades de tipo soviético. Ele se mostrou inadequado, em particular, para dar conta das grandes transformações revolucionárias que marcaram o período inicial de formação dos Estados socialistas do Leste, e do seu colapso mais recente.

Leituras Centradas na Dimensão Econômica

Críticas à Economia de Comando

Diferentemente das abordagens políticas e sociológicas que só se desenvolveram mais plenamente no pós-guerra, o pensamento econômico ocidental gerou análises críticas importantes da evolução dos Estados socialistas já a partir dos anos 20. A tônica

central dessa produção foi a crítica ao advento da “economia de comando” e à “planificação centralizada” na URSS, feita a partir de um enfoque liberal ortodoxo. Os principais expoentes desta abordagem foram os mentores da chamada “Escola Austríaca” do pensamento econômico, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. (Mises, 1935, 1978, 1981a, 1981b, 1986; Hayek, 1935a, 1935b, 1940, 1948). Seu argumento fundamental, desenvolvido originalmente por Mises, era o de que a substituição da economia de mercado pela planificação centralizada seria inviável, já que elimina o único mecanismo capaz de gerar informações sobre a escassez relativa de recursos na economia (a formação de preços no mercado), o que torna impossível qualquer planejamento eficaz ou racional. Para Mises, a “economia planificada” seria, em última análise, uma impossibilidade. A abolição da propriedade privada e a adoção do princípio do planejamento centralizado nos países do Leste gerariam, assim, necessariamente, esbanjamento, ineficácia, desordem, estagnação e arbítrio.¹⁶

Estas formulações suscitaram uma viva resposta de autores socialistas nos anos 20, 30 e 40, no que ficou conhecido como o “debate do cálculo econômico”.¹⁷ Do ponto de vista da história econômica e social, ela instigou Karl Polanyi a escrever sua obra clássica *A Grande Transformação* (Polanyi, 1980), e o próprio Dobb a produzir um estudo sobre o desenvolvimento econômico da URSS (Dobb, 1978). Do ponto de vista interpretativo, no entanto, Mises e Hayek nunca se preocuparam em desenvolver uma análise mais elaborada da natureza dos Estados e sociedades de tipo soviético. Pela oposição destes ao mercado, eles tenderam a traçar analogias entre as experiências do Leste e formações políticas e sociais *pré-capitalistas*. Assim, enquanto para Hayek a “violação” das forças de mercado era o caminho seguro para a *servidão*,¹⁸ Mises caracterizava o socialismo como a “transposição do regime militar a todo o sistema de produção” (Mises, 1986:27).

Os grandes sucessos nos planos de reconstrução e industrialização na URSS e nos

demais integrantes do “campo socialista” no pós-guerra, no entanto, minaram a credibilidade dessas teses sobre a suposta “inviabilidade das economias de comando”. Duas outras abordagens econômicas emergiram, então, nos meios acadêmicos ocidentais, fornecendo interpretações mais globais sobre os Estados e sociedades do Leste: as leituras sobre a convergência de sociedades industriais e pós-industriais, e as leituras centradas nos desafios da modernização e do desenvolvimento.

Teorias da Convergência

A base fundamental das teorias da convergência é a noção de que a industrialização dos países capitalistas centrais e socialistas do Leste havia gerado um padrão comum ou análogo de desenvolvimento em ambos. Esta noção tem importantes pontos de contato com algumas das leituras resenhadas mais acima. Como vimos, tanto as abordagens pluralistas quanto as corporativistas apontavam para padrões convergentes nos processos de intermediação de interesses e formação de políticas públicas nos dois grupos de países. Já os enfoques referenciados no conceito weberiano de burocracia apontavam para a generalização e predominância, em ambos, da mesma lógica racional-legal-formal. Mesmo no âmbito das teorias do totalitarismo, alguns autores ligados à chamada “Escola de Frankfurt” do marxismo ocidental ligaram o conceito de “atomização” levantado por Hannah Arendt à temática hegeliano-marxista da *alienação* para identificar um processo global de *totalitarização* das sociedades industriais contemporâneas, com base na generalização da “racionalidade instrumental burguesa”.¹⁹

A origens intelectuais das teorias especificamente econômicas da convergência, no entanto, remetem a formulações de James Burnham nos anos 40 (Burnham, 1941). Burnham fora, nos anos 30, colaborador de Trotsky, de quem adotara a concepção da “degeneração burocrática” da URSS (falaremos sobre esta tese na segunda parte deste artigo). Expandindo esta formulação, Burnham concluiu que o elemento-chave para a

composição do poder de classe nas sociedades contemporâneas não era propriamente a *propriedade* dos meios de produção — como havia pensado Marx —, mas o *controle* destes meios. Nesta base, ele indicou que os processos de industrialização estavam levando ao poder, tanto nos países capitalistas quanto na URSS, uma nova classe de administradores assalariados.²⁰

A tese da convergência crescente das sociedades industriais no Ocidente e no Leste foi retomada, nos anos 50, por Maurice Duverger na França (Duverger, 1956, 1964 e 1972). A convergência, no entanto, foi concebida por ele em termos diferentes dos que haviam sido indicados anteriormente por Burnham. Para Duverger, o advento das complexas sociedades industriais modernas gerava um processo de aproximação de mão dupla: no Ocidente, ele exigia uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, evidenciado pela expansão dos Estados de Bem-Estar no pós-guerra; no Leste, exigia a superação de um modelo político e econômico altamente centralizado erguido na fase inicial de industrialização, conforme atestavam as reformas econômicas e políticas deflagradas no bloco soviético a partir de meados dos anos 50. Estaria se verificando, assim, um forte movimento para a convergência baseado na crescente “socialização” do Ocidente e “liberalização” do Leste. Este mesmo enfoque pode ser encontrado nas reflexões de Raymond Aron sobre a sociedade industrial nos anos 50 e 60, embora ele viesse a se tornar um crítico áspero da perspectiva da convergência mais tarde.²¹

Nos países anglo-saxões, outras versões de teorias da convergência também emergiram nos anos 60 e 70. Como vimos antes, algumas leituras centradas na burocracia continham um forte elemento de “convergência” nas suas abordagens.²² Na perspectiva específica das sociedades industriais, esta convergência foi concebida de forma mais “branda” nos trabalhos de David Lane (1970 e 1978). Para este, o advento da industrialização havia gerado os seguintes traços comuns nos países capitalistas e socialistas: 1) a

difusão do poder e influência na sociedade, em função da elevação do nível educacional do conjunto da população e da importância crescente dos conhecimentos técnicos; 2) a emergência de uma divisão do trabalho mais complexa; em que a ocupação e o nível de instrução se tornam os elementos-chave para a obtenção de *status* na hierarquia social, aumentando a mobilidade dentro desta; 3) a geração de um sistema de valores comum, com ênfase na eficiência e produtividade em detrimento de ideais utópicos; 4) a consolidação de procedimentos legais normativos, em detrimento de processos improvisados e arbitrários; 5) o predomínio da organização em larga escala — seja ela pública ou privada — e do seu concomitante ordenamento burocrático; 6) a substituição, como resultado dos acelerados processos de urbanização, dos laços familiares tradicionais por formas mais impessoais de solidariedade e socialização, com destaque para os meios de comunicação de massa; e 7) a ampliação da intervenção estatal na sociedade.

Daniel Bell levou esse enfoque ainda mais adiante e apontou, no início dos anos 70, para a crescente convergência de sociedades *pós-industriais*. Segundo sua previsão, Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental e União Soviética assumiriam no fim do século o aspecto de sociedades *pós-industriais*, e teriam de enfrentar a administração dessas novas dimensões (Bell, 1977:534). Esta evolução seria marcada por três componentes fundamentais: 1) em termos econômicos, o crescente deslocamento da indústria para os serviços; 2) em termos tecnológicos, a centralidade assumida pela ciência e tecnologia; e 3) em termos sociológicos, a ascensão de novas elites técnicas e o advento de novos princípios de estratificação.

Do ponto de vista metodológico, as teorias sobre a convergência de sociedades industriais e *pós-industriais* identificam na *tecnologia* a base fundamental do ordenamento social, deslocando a preocupação prioritária com a *propriedade* comum tanto ao liberalismo como ao marxismo. Por isso, elas destacam tendências convergentes na evolução

dos países do Ocidente e do Leste (em função da semelhança das suas bases tecnológicas), em vez de destacar as diferenças fundamentais nas suas estruturas de propriedade. A validade desta opção metodológica (como a de qualquer opção metodológica), não pode ser julgada no abstrato, mas apenas confrontando-a com o desenvolvimento do(s) fenômeno(s) que procura explicar.²³ A reversão nas políticas de aproximação e *détente* no final dos anos 70, e, sobretudo, a *derrota* dos antigos regimes do Leste *pelos* potências ocidentais ao final dos anos 80 (em vez da sua convergência) indicam que essa opção pode ter encoberto diferenças sistêmicas fundamentais. Voltaremos a esta questão na segunda parte da resenha.

Teorias da Modernização e do Desenvolvimento

Um outro enfoque econômico surgido nos meios acadêmicos ocidentais nos anos 50 enfatizou a natureza “desenvolvimentista” dos Estados e sociedades de tipo soviético. As leituras centradas nesta identificação guardam inúmeras afinidades com as teorias da convergência que acabamos de ver. Suas origens intelectuais mais diretas remetem às reflexões de Walt Rostow sobre as etapas do crescimento econômico (Rostow, 1953 e 1960). Mais remotamente, a perspectiva do desenvolvimento remete aos grandes debates sobre a relação entre Estado, mercado, desenvolvimento e socialismo ocorridos na União Soviética nos anos 20.²⁴

O principal marco da incorporação da “perspectiva do desenvolvimento” aos estudos ocidentais sobre os Estados de tipo soviético foi um seminário interdisciplinar organizado em abril de 1958 em Nova Iorque. Os trabalhos apresentados a este seminário foram reunidos no livro editado por Cyril Black (1960). Um destes, intitulado “Problems and Patterns of Russian Economic Development”, do historiador econômico Alexander Gershenkron, viria a se transformar em um livro clássico da literatura desenvolvimentista (Gershenkron, 1973).

As reflexões de Gershenkron partiam

de uma crítica fundamental ao enfoque de Rostow, que concebia a reprodução das mesmas etapas de desenvolvimento econômico por todos os países. Para Gershenkron, a industrialização tardia acarretava certas “vantagens do atraso” aos países que a empreendiam, entre as quais se destacava a capacidade de generalizar mais rapidamente nas suas economias inovações tecnológicas que haviam levado um longo tempo para maturar nos países mais adiantados. Como consequência, o padrão de desenvolvimento dos países atrasados não reproduzia as mesmas etapas de desenvolvimento dos países avançados. Baseado em um estudo comparativo dos processos de industrialização tardia na Europa, Gershenkron apontava para seis características comuns ao padrão de desenvolvimento dos países mais atrasados: 1) sua industrialização começava de forma descontínua e assumia a forma de um grande surto, com ritmos elevados de crescimento; 2) era dada prioridade, no esforço de industrialização, às fábricas e empresas de grande porte; 3) privilegiava-se a produção de bens de produção no processo industrial, em detrimento dos bens de consumo; 4) exercia-se uma forte pressão para conter o nível de consumo da população; 5) fatores institucionais especiais (como a intervenção ativa do Estado) desempenhavam papel decisivo na oferta de capital para as novas indústrias; e 6) a agricultura não desempenhava papel ativo no processo de industrialização, seja como mercado para a produção industrial ou como zona para a elevação da produtividade do trabalho.

Segundo Gershenkron, estas mesmas características marcaram o desenvolvimento soviético, sobretudo a partir do lançamento dos primeiros planos quinquenais no final dos anos 20. Assim, o processo soviético de industrialização deveria ser visto como a continuidade dos dois surtos anteriores de industrialização propiciados pelo próprio czarismo (na última década do século XIX e na década que precedeu a eclosão da Primeira Guerra Mundial). O seu caráter “socialista” seria, na verdade, irrelevante. Outros partici-

pantes no referido seminário de 1958 concordavam com Gershenkron. Theodore von Laue, por exemplo, afirmava que o Estado soviético havia aplicado, pela primeira vez, a lógica completa do sistema do famoso ministro de finanças czarista Sergei Witte (Laue, 1960:223-5). O próprio Rostow indicava que a modernização soviética não havia tomado um caminho substancialmente diferente das fases anteriores de desenvolvimento russo. Também na sua opinião, Stalin não passava de um “sucessor de Witte” (Rostow, 1960:60).

Segundo as análises desses autores, a dinâmica econômica, política e social dos Estados de tipo soviético não era determinada pela sua especificidade “totalitária” ou “socialista”, mas pelas exigências da própria modernização. Neste sentido, essa dinâmica respondia a necessidades objetivas enfrentadas por todos os “países em desenvolvimento”, independente da sua opção político-ideológica ou estrutura de propriedade. Ao reverter a contraposição conceitual entre democracia liberal e totalitarismo, o enfoque do “desenvolvimento” se inseriu, de uma maneira geral, na maré de revisão crítica do conceito de totalitarismo que varreu os estudos da “área soviética” nos meios acadêmicos ocidentais a partir dos anos 60.

Esta abordagem inspirou a produção de uma gama variada de estudos e trabalhos. Ela é desenvolvida na vasta obra de Alec Nove sobre a história econômica da URSS e fundamenta a sua caracterização da economia soviética como uma “economia de guerra”.²⁵ Ela se articula com a abordagem do “desenvolvimento político” (vista junto com as leituras centradas na cultura política) para conceber o desenvolvimento dos Estados de tipo soviético como uma expressão da “política de industrialização”. (Almond e Powell, 1966, 1978; Kautsky, 1968; Benjamin e Kautsky, 1969; Triska e Cocks, 1977; Hoffman e Laird, 1982). Ela se relaciona, igualmente, com as versões “brandas” das leituras da convergência por David Lane e do pluralismo por Jerry Hough (ambas vistas anteriormente).

O enfoque do “desenvolvimento” teve o

grande mérito de situar a evolução dos Estados e sociedades de tipo soviético nos seus contextos e desafios histórico-concretos. No entanto, como as perspectivas do pluralismo, corporativismo, burocracia e sociedades industriais e pós-industriais resenhadas anteriormente ela pecava por subestimar ou ignorar diferenças sistêmicas cruciais entre os países do Ocidente e do Leste (e também do Sul), em prol de uma suposta convergência para padrões idênticos ou análogos de desenvolvimento econômico, político e social.²⁶ Uma vez mais, esta perspectiva não nos ajuda a desvendar os processos que culminaram no colapso do antigo campo socialista em 1989-1991. A análise crítica desta temática será retomada ao final da segunda parte da resenha.

Alguns Esforços de Síntese Teórica

Como vimos, a opção metodológica predominante nas leituras ocidentais resenhadas até aqui foi a de retalhar conceitualmente a realidade social dos países do Leste e privilegiar a análise isolada de uma das suas dimensões. Os estudos de história econômica produzidos no âmbito das teorias da convergência e do desenvolvimento começaram a romper com este “retalhamento conceitual”, mas acabaram resvalando para um determinismo tecnológico igualmente limitado para dar conta do desenvolvimento das sociedades de tipo soviético. Outras tentativas de síntese teórica também emergiram nos meios acadêmicos ocidentais ao longo das três últimas décadas.

O Estrutural-Funcionalismo

A procura de uma visão mais global e holista das sociedades do Leste marcou a incorporação da teoria dos sistemas do estrutural-funcionalismo aos “estudos da área soviética”. A inspiração teórica desta abordagem remete ao modelo do processo de formação de políticas públicas formulado por David Easton (1965). Gabriel Almond foi o principal responsável pela sua ampliação e introdução aos “estudos da área soviética”, na perspectiva da análise política comparada

(Almond e Powell, 1966). Almond dividiu o elemento de “entrada” (*input*) do modelo de Easton em quatro funções: socialização política, recrutamento político, articulação de interesses e agregação de interesses. Já o elemento de saída (*output*) foi dividido em três funções: a feitura de regras, a aplicação das regras e a adjudicação de regras. Estas funções do processo de formulação de políticas públicas, por sua vez, se articulariam com outras dimensões da vida social: as “capacidades políticas”, o “desenvolvimento político”, a “cultura política”, a “cultura cívica”, entre outros.

Justamente por sua abrangência sistêmica, as contribuições de Almond aparecem em diferentes leituras resenhadas até (como as do corporativismo, da cultura política, da modernização e do desenvolvimento). Entre os autores que procuraram aplicar diretamente a teoria sistêmica de Almond ao estudo da evolução soviética destacam-se Frederick Barghoorn (1966) e Michael Gehlen (1986). De uma forma menos rígida, a abordagem estrutural-funcionalista pode ser encontrada nos trabalhos de David Lane sobre o Estado industrial socialista (Lane, 1970, 1978 e 1986), de James Oliver sobre a formulação de demandas dos cidadãos na URSS (Oliver, 1969), de Vernon Aspaturian sobre a formulação da política externa soviética (Aspaturian, 1971) e de Gerhard Lehmbruch sobre a intermediação de interesses nos sistemas capitalista e socialista (Lehmbruch, 1983).

A incorporação da teoria estrutural-funcionalista permitiu inserir os estudos sobre as sociedades do Leste em pesquisas e análises globais de política comparada, revertendo o “auto-isolamento” anterior gerado pela construção conceitual das teorias do totalitarismo. Para isto, ela procurou formular uma visão mais global da evolução dos Estados de tipo soviético a partir da análise do seu processo de formulação de políticas públicas (que resvalava, assim, para um certo “reducionismo político”).

Ao mesmo tempo em que introduzia uma abordagem mais ampla aos estudos oci-

dentais sobre as sociedades do Leste, esta perspectiva sistêmica acarretava, também, uma forte conotação teleológica nas suas explicações. Ao destacar que as “funções” nos fornecem a “razão de ser” das estruturas (que as cumprem de forma manifesta ou latente), a teoria estrutural-funcionalista concebe como *fim* ou *atribuição* dessas estruturas o mero cumprimento de funções perenes a todos os sistemas sociais. Como indica Sartori (1970), isto implica conceber a relação estrutura-função como uma relação meio-fim, onde a problemática da *funcionalidade sistêmica* passa a ser a chave para qualquer explicação (ou seja, tudo se explica à luz das funções necessárias para a auto-reprodução do sistema). Além de subestimar ou ignorar diferenças intra-sistêmicas de lógicas, funções e dinâmicas, isto introduz um viés de análise em que a responsabilidade por qualquer ruptura é imputada à intransigência das elites. Haveria embutida dentro dos sistemas sociais um potencial ilimitado para o equilíbrio, dependente unicamente da sensibilidade das suas elites para a promoção de reformas estruturais que evitem a disfunção múltipla. Não há espaço, nesta construção, para a noção de antagonismos estruturais e/ou sistêmicos irreconciliáveis, sobre a qual se assenta a teoria de desenvolvimento social do marxismo. Voltaremos a examinar criticamente este viés do estrutural-funcionalismo na parte final da resenha, à luz do colapso do antigo “campo socialista”.

A Sociologia Histórica e a História Social

Uma segunda e importante tentativa de síntese teórica nos estudos ocidentais sobre os Estados e sociedades de tipo soviético é fornecida pela vertente da chamada “sociologia histórica”, de inspiração predominantemente weberiana. O precursor desta abordagem foi Barrington Moore Jr. (1954 e 1966). Moore estudou o desenvolvimento soviético pelo ângulo da análise comparada de processos macro-históricos. Nesta base, ele diferenciou três vias históricas principais de transição para a moderna sociedade industrial: a

via liberal-burguesa, a via das revoluções conservadoras e a das revoluções camponesas.

A via liberal-burguesa se caracterizaria pela aliança do desenvolvimento capitalista com a democracia parlamentar, exemplificada pela experiência histórica inglesa, francesa e norte-americana. A via da revolução conservadora também gerou o desenvolvimento capitalista, mas associado à adoção de formas políticas reacionárias que culminaram no nazi-fascismo. Já a via das revoluções camponesas desembocaria em um desenvolvimento não-capitalista associado à instauração de regimes comunistas totalitários como o da URSS.

Segundo Barrington Moore, a chave para a diferenciação dessas vias seria a composição e disposição das classes agrárias — senhores de terra e camponeses — no início da transição para a sociedade moderna. Nos países onde essas classes não efetuaram uma transição bem-sucedida para a agricultura comercial (processo este que levaria à “domesticação do setor agrário” pelos interesses urbanos), os grandes proprietários rurais puderam continuar subordinando os interesses urbanos e formar uma espécie de “coalizão reacionária” que enfrentou de forma não-democrática os desafios da modernização (é o caso das experiências de industrialização tardia na Europa Central, do Sul e do Leste). Se se soma a isso a persistência da organização social tradicional dos camponeses até os tempos modernos, o processo acaba desembocando em revoluções camponesas (como na Rússia).

O enfoque da Sociologia Histórica introduzido por Barrington Moore é marcado, assim, por um forte determinismo estrutural. Diferentemente do estrutural-funcionalismo, ele não concebe uma capacidade ilimitada das elites para gerar mudanças que recomponham o equilíbrio sistêmico em bases modernas. Pelo contrário, ele enfatiza a existência de limitações estruturais bastante rígidas para a ação das elites em cada período histórico. No que concerne à URSS, Moore inovou ao caracterizar a revolução soviética como uma via de modernização *camponesa*, que culmina na subjugação do

próprio campesinato por uma nova elite intelectual urbana modernizadora. Esta seria a gênese histórica do *totalitarismo* na URSS (conceito que ele incorpora acriticamente das abordagens então predominantes nos “estudos da área soviética”).

Inspirada, no fundamental, pelo enfoque de Barrington Moore, Theda Skocpol produziu um importante estudo comparativo macro-histórico sobre os Estados e revoluções sociais na França, China e Rússia. Seguindo a própria Skocpol, sua abordagem introduz três inovações centrais na análise destes processos:

1. Ela se apóia em uma perspectiva estrutural estritamente não-voluntarista, formulando limites ainda mais estreitos para a margem de opções e manobras dos atores políticos do que os concebidos pelos enfoques de Barrington Moore ou Karl Marx. No seu esquema, os desenlaces revolucionários são fruto do desenvolvimento estrutural da sociedade, e não de qualquer “ação consciente”: as revoluções não são “feitas”, elas “emergem”, (Skocpol, 1979:18). E aqui, a exemplo de Moore, o fator decisivo são as estruturas agrárias.
2. Ela enfatiza a influência decisiva das estruturas internacionais e dos desenvolvimentos mundiais sobre os processos revolucionários “internos” a cada sociedade.
3. Ela concebe o Estado como uma força e organização autônoma dos interesses pre-valetentes nas estruturas socioeconômicas, com os quais, inclusive, compete para a apropriação de recursos.

Com base nestas formulações, Skocpol identificou dois processos fundamentais que eram comuns às experiências revolucionárias francesa, russa e chinesa: a crise dos antigos regimes e o surgimento de insurreições camponesas a partir de estruturas agrárias. O esquema geral sugerido pela autora para explicar os fenômenos revolucionários está sintetizado na seguinte fórmula:

Condições para a Crise Política
+
Condições para Insurreições Camponesas
↓
Transformações Societais

As condições para as crises políticas se decomporiam, segundo Skocpol, em três elementos básicos: a relação entre a monarquia e a classe dominante; a economia agrária; e as pressões internacionais. Já as condições para as insurreições camponesas foram decompostas em dois elementos básicos: as estruturas de classe agrárias e as características do poder local. As diferentes condições da russa, francesa e chinesa no tocante a esses cinco elementos teriam determinado padrões distintos no desenvolvimento das suas respectivas revoluções.

Tanto Barrington Moore quanto Theda Skocpol oferecem teorias sofisticadas, integradas e globais para explicar a gênese da sociedade soviética, tomando como referência diferentes vias de transição para o mundo industrial moderno. Ao caracterizar o desenvolvimento específico do período soviético, no entanto, ambos se limitam a recuperar o conceito de totalitarismo, sem procurar qualquer generalização alternativa. Sua leitura da modernização, por outro lado, é vulnerável às mesmas críticas já formuladas contra os autores das teorias da convergência e do desenvolvimento: a de identificarem um único padrão de desenvolvimento a partir de diferentes vias de transição para o mundo industrial moderno. Seu determinismo estrutural, por fim, tende a obliterar analiticamente qualquer espaço para a subjetividade e a liberdade humana nos processos históricos (ainda que situadas dentro de condições históricas dadas). Em outras palavras, ele elimina a *política* da análise histórica.

Este mesmo tipo de problema metodológico e conceitual pode ser identificado na maré de estudos sobre a história social dos Estados do Leste surgidas nos meios acadêmicos ocidentais nas últimas décadas, como reação aos estudos históricos estruturados sobre o conceito de totalitarismo.²⁷ Seu precursor foi, sem dúvida, a monumental obra de E. H. Carr sobre a história da Rússia soviética (Carr, 1966, 1969 e 1970-1972; Carr e Davies, 1971-1974). Nos anos 70, o enfoque da “história social” se expressou nos trabalhos inovadores de Sheila Fitzpatrick (1970 e

1979). A partir dos anos 80, houve uma autêntica “explosão” de estudos históricos sobre os Estados e sociedades do Leste (sobretudo a URSS) referenciados nesta abordagem. Entre estes, destacam-se Getty (1985), Viola (1987), Kuromiya (1988), Benvenuti (1988), Rittersporn (1988), Koenker (1989), McAuley (1991) e Rosenberg e Siegelbaum (1993).

Baseados em uma farta e minuciosa pesquisa de fontes primárias, estes estudos desmontaram a visão totalitária do Estado soviético como uma força integrada, compacta e monolítica, e revelaram um quadro de interação política e social altamente contraditório, complexo e desconexo. Por este novo ângulo social, inúmeras decisões e ações, que antes haviam sido atribuídas à “vontade totalitária do ditador”, agora surgem como respostas *ad hoc* a múltiplas e contraditórias pressões e tensões sociais. No seu esforço para corrigir o viés estatista-monista das leituras totalitárias, no entanto, as abordagens da história social tenderam a obliterar ou subsumir, assim como Barington Moore e Theda Skocpol, a dimensão política nos processos históricos.²⁸ Ou seja, mais uma vez perdeu-se de perspectiva a *globalidade* do desenvolvimento social. No que tange à interpretação dos Estados e sociedades de tipo soviético, esses autores não se preocuparam em formular um conceito estruturador alternativo. Um autor no âmbito da história social que deu atenção a essas questões foi Moshe Lewin (1968, 1974, 1977, 1985 e 1988). Por se referenciar tão proximamente da teoria marxista, seu enfoque nos remete ao debate marxista sobre a natureza das sociedades de tipo soviético, que será analisada na segunda parte da resenha.

A Crise Teórica da “Sovietologia” e o Refúgio no Ecletismo

Quando o mundo foi sacudido pelos acontecimentos que culminaram no colapso do antigo “campo socialista” em 1989-91, o estudo sobre os Estados e sociedades de tipo soviético nos meios acadêmicos ocidentais já

se encontrava pulverizado em um grande número de perspectivas e interpretações concorrentes, evidenciando a sua própria crise teórica.

O reconhecimento da persistência de graves limitações e problemas em cada uma das perspectivas resenhadas até aqui levou muitos autores (mesmo os mais rigorosos e perspicazes) a buscar refúgio teórico no ecletismo para compor um quadro “mais completo” da realidade multilateral dos Estados e sociedades do Leste. Archie Brown, por exemplo, chegou mesmo a formular que “a realidade soviética é por demais complexa, multifacética e contraditória para ser enquadrada em uma palavra ou frase” (Brown, 1983:95). Em outros trabalhos, ele já havia defendido a complementação da “abordagem marxista” por “outros modos de análise” e a integração do “modelo da sociedade industrial” com o “conceito de totalitarismo” (Brown, 1974:31 e 41). No mesmo veio, Gabriel Almond argumentou que “uma estratégia que emprega teorias liberais e conservadoras em conjunto pode nos dar uma compreensão mais próxima de como o sistema [soviético] funciona” (Almond e Roselle, 1990:104). T. H. Rigby, por sua vez, defendeu o refinamento e a integração das abordagens “totalitária, classista e burocrática” (Rigby, 1992:318).

A questão epistemológica fundamental, no entanto, não é a das “palavras” ou “frases”, mas a necessidade de uma *sólida fundamentação teórica* para gerar conceitos capazes de captar a dinâmica de desenvolvimento da realidade social que examinam.²⁹ Por isto, a combinação de elementos de teorias contraditórias (ou mesmo antagônicas) *não produz* uma melhor compreensão das complexidades do desenvolvimento social, mas apenas confusão teórica, desmazelo metodológico e capacidade explanatória reduzida. Em outras palavras, o “atalho” do ecletismo nos conduz a um beco sem saída — continua sem solução o desafio crucial de gerar um quadro teórico coerente capaz de identificar, explicar e abarcar o desenvolvimento objetivo dos Estados e sociedades de tipo so-

viético. As interpretações desenvolvidas no âmbito da tradição do pensamento marxista tenderam a enfrentar este desafio a partir de leituras mais integradas e totalizantes das sociedades do Leste. Na segunda parte desta resenha, a ser publicada em número futuro do *BIB*, veremos se elas conseguiram se sair melhor. Confrontaremos, igualmente, as

principais leituras ocidentais e marxistas com as realidades sociais reveladas pelo colapso do antigo “campo socialista” na passagem da década de 80 para a década de 90.

(Recebido para publicação
em abril de 1994)

Notas

1. Para uma crítica teórica mais profunda dos principais paradigmas desenvolvidos no Ocidente para dar conta das sociedades de tipo soviético, sugiro a leitura, em conjunto com esta resenha, de um artigo de minha autoria recentemente publicado pela *DADOS* (Fernandes, 1994). Embora eu já tenha revisto algumas das suas conclusões, um outro artigo meu publicado na revista *Comunicação e Política* contém uma crítica teórica das principais interpretações sobre a natureza da sociedade soviética desenvolvidas no âmbito do pensamento marxista (Fernandes, 1987). Indico, ainda, um terceiro artigo que marca a evolução do meu pensamento sobre o tema à luz da implosão do bloco soviético e da própria URSS entre 1989 e 1991 (Fernandes, 1991).
2. Uma defesa mais contemporânea desta opção metodológica pode ser encontrada no trabalho de Juan Linz, “Totalitarian and Authoritarian Regimes”, onde o autor argumenta ser necessário separar conceitualmente as esferas econômica, política e social para poder formular tipologias distintas de sistemas sociais, econômicos e políticos (Linz, 1975:182).
3. Esta parte do artigo se apóia na discussão teórica desenvolvida no meu artigo para a *DADOS* (Fernandes, 1994) e reproduz alguns de seus trechos. Esta coincidência marca os pontos de cruzamento do enfoque mais vertical e profundo, desenvolvido naquele artigo, com a abordagem mais horizontal e panorâmica que caracteriza esta resenha.
4. Ver, por exemplo, Popper (1945), Talmon (1952), Fainsod (1953), Moore Jr. (1954), Neumann (1957), Bauer, Inkeles e Kluckhohn (1959), Conquest (1960), Schapiro (1960), Armstrong (1961) e Ulam (1963).
5. Ver, por exemplo, Fleron Jr. (1969), Curtis (1969) e Spiro e Barber (1970).
6. Ver, por exemplo, Kassoff (1964), Brzezinski (1967) e Friedrich (1969).
7. Ver, por exemplo, Wiatr e Przeworski (1966) e Linz (1975).
8. Basta lembrar a insistência de Ronald Reagan em caracterizar a URSS como o “império do mal”.
9. Ver, por exemplo, os estudos reunidos em Skilling e Griffiths (1971) e os trabalhos de Friedgut (1976), Kelley (1972 e 1976), Solomon (1978) e Gustafson (1981).
10. Entre estes, Black (1982), Pravda (1983), McCain (1983) e Lehmbbruch (1983).

11. Entre os trabalhos mais representativos desta abordagem estão Alfred Meyer (1961, 1965 e 1969), Allen Kassoff (1964), John Armstrong (1965) e T. H. Rigby (1973, 1976, 1980 e 1990) e Maria Hirzowicz (1980).
12. Ver a evolução das reflexões weberianas sobre este tema nos ensaios reunidos em Weber (1982).
13. Para uma discussão inteligente a este respeito, ver Deutscher (1984).
14. O próprio T. H. Rigby conclui seu esforço mais recente de “reconceitualização” do sistema soviético com apelos por uma maior integração das perspectivas totalitária, burocrática e de classes (Rigby, 1992:318).
15. Ver, por exemplo, De Gaulle (1960:68-9) e Davies (1942:341-2.)
16. Para rerepresentações mais contemporâneas desta abordagem, ver Kornai (1980, 1990), Rydenfelt (1987) e Sorman (1991).
17. Os principais expoentes desta resposta socialista foram Lange e Taylor (1938) e Dobb (1955). Para uma retomada mais recente dessa polêmica, ver Nove (1989). Uma detalhada resenha de todo o debate pode ser encontrada em Steele (1992).
18. Esse é o título que ele deu ao livro que acabou se transformando no texto fundador do credo neoliberal da segunda metade do século XX (Hayek, 1946).
19. Ver Marcuse (1958 e 1964). Para a definição e discussão do natureza do marxismo ocidental, ver Anderson (1976).
20. As analogias desta abordagem com as leituras centradas na temática da burocracia são óbvias.
21. Ver Aron (1962 e 1964). Para a qualificação e retificação, ver Aron (1983:402-03).
22. Ver, sobretudo, Meyer (1969).
23. Desenvolvo este ponto mais amplamente em Fernandes (1994).
24. Para a resenha, compilação e discussão destes debates, ver Erlich (1960) e Jones e Moskoff (1991).
25. Ver, sobretudo, Nove (1964, 1975, 1984 e 1986)
26. Mesmo a análise desenvolvida por Gershenkron — com base na sua crítica de Rostow — aponta para padrões diferentes de desenvolvimento entre países “adiantados” e “atrasados” apenas numa fase inicial, em que os últimos se defrontam com o seu atraso estrutural. Superada esta fase, eles tenderiam para um padrão comum e linear de desenvolvimento com os países avançados. Por isto mesmo, Gershenkron indicava que a União Soviética seria incapaz de continuar sustentando altos índices de crescimento econômico e industrial nos anos 60.
27. Entre os principais historiadores ocidentais que se referenciam em leituras do totalitarismo estão Leonard Schapiro (1955, 1960, 1965, 1972a e 1972b) e Robert Conquest (1960, 1971 e 1986).
28. Para uma crítica neste sentido, ver Eley (1986).
29. Discuto este ponto mais aprofundadamente em Fernandes (1994).

Bibliografia

I. Resenhas Gerais sobre os Estudos da Área Soviética no Ocidente

- Almond, Gabriel e Roselle, Laura
1990 "Model Fitting in Communism Studies", in G. Almond, *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*, Newbury, Sage Publications.
- Amman, Ronald
1986 "Searching for the Appropriate Concept of Soviet Politics", in *British Journal of Political Science*, vol. 16, n. 4.
- Bell, Daniel
1958 "Ten Theories in Search of Reality: The Prediction of Soviet Behavior", in *World Politics*, vol. 10, n. 3.
- Boffa, Giuseppe
1992 *The Stalin Phenomenon*, Ithaca, Cornell University Press.
- Brown, A. H.
1974 *Soviet Politics and Political Science*, Londres, Macmillan.
- Buckley, Mary
1993 *Redefining Russian Society and Policy*, Boulder, Westview Press.
- Desjardins, Robert
1988 *The Soviet Union Through French Eyes*, Londres, Macmillan.
- Fernandes, Luis
1994 "Conceitos Fora do Lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os estados socialistas do Leste", in *DADOS* vol. 37, n. 2.
- Fleron Jr., Frederic
1969 "Soviet Area Studies and the Social Sciences", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.
- Fleron Jr., Frederic e Hoffman, Erik (eds.)
1993 *Post-Communist Studies and Political Science*, Boulder, Westview Press.
- Hough, Jerry
1977 *The Soviet Union and Social Science Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inkeles, Alex
1966 "Models and Issues in the Study of Soviet Society", in *Survey*, n. 60.
- Ionescu, Ghita
1972 *Comparative Communist Politics*, Londres, Macmillan.
- Kanet, Roger (ed.)
1971 *The Behavioral Revolution and Communist Studies*, Nova Iorque, The Free Press e Collier-Macmillan.
- Lane, David
1984 "The Structure of Soviet Socialism: Recent Western Theoretical Approaches", in *Insurgent Sociologist*, n. 12.
- Rigby, T. H.
1992 "Reconceptualising the Soviet System", in S. White, A. Pravda e Z. Gitelman (eds.), *Developments in Soviet and Post-Soviet Politics*, Londres, Macmillan.

Taras, Ray (ed.)
1992 *Handbook of Political Science Research on the USSR and Eastern Europe*, Westport, Greenwood Press.

II. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Totalitarismo e Seus Críticos

- Arendt, Hannah
1949 "Totalitarian Terror", in *Review of Politics*, n. 11.
1951 *The Origins of Totalitarianism*, Nova Iorque, Harcourt & Brace.
- Armstrong, John
1961 *The Politics of Totalitarianism*, Cambridge, Harvard University Press.
- Aron, Raymond
1968 *Democracy and Totalitarianism*, Londres, Weidenfelds and Nicolson.
- Aron, Raymond, Le Pain, Marc e Mahoney, Daniel
1993 "The Essence of Totalitarianism according to Hannah Arendt", in *Partisan Review*, vol. 60, n. 3.
- Barber, Benjamin
1969 "Conceptual Foundations of Totalitarianism", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- Bauer, R., Inkeles, A. e Kluckhohn, C.
1959 *How the Soviet System Works*, Cambridge, Harvard University Press.
- Beilharz, Peter, Robinson, Gillian, e Rundell, John (eds.)
1992 *Between Totalitarianism and Postmodernity: a Thesis Eleven Reader*, Cambridge, MIT Press.
- Besançon, Alain
1976 *Court Traité de Sovietologie à l'Usage des Autorités Civiles, Militaires et Religieuses*, Paris, Hachette.
1980 "L'Empire Russe et la Domination Sovietique", in M. Duverger, *Le Concept d'Empire*, Paris, Presses Universitaires de France.
1981 *Anatomie d'un Spectre: l'Economie Politique du Socialisme Réel*, Paris, Calmann-Levy.
- Birou, Alain
1982 *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- Brzezinski, Zbigniew
1967 *Ideology and Power in Soviet Politics*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
1989 *The Grand Failure*, Londres, Macdonald.
- Castoriadis, Cornelius
1985a "Os Domínios do Totalitarismo", in C. Castoriadis, *Os Domínios do Totalitarismo & Outros Escritos*, Porto Alegre, L&PM.
- Chamberlin, William
1935:b "Russia and Germany — Parallels and Contrasts", in *Atlantic Monthly*, vol. 156, n. 3.
- Conquest, Robert
1960 *Power and Policy in the USSR*, Londres, Macmillan.
1971 *The Great Terror: Stalin's Purges of the Thirties*, Harmondsworth, Penguin.

- 1986 *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror Famine*, Londres, Hutchinson.
- Curtis, Michael
 1969 "Retreat from Totalitarianism", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- D'Encausse, Helene Carrere
 1982 *Confiscated Power: How Soviet Society Really Works*, Nova Iorque, Harper and Row.
- 1985 "L'URSS ou le Totalitarisme Exemplaire", in M. Grawitz e J. Leca (eds.), *Traité de Science Politique — Vol. 2: Les Regimes Politiques Contemporains*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Dahrendorf, Ralf
 1988 "Totalitarianism Revisited", in *Partisan Review*, vol. 55, n. 4.
- Daniels, Robert (ed.)
 1972 *The Stalin Revolution: Foundations of Soviet Totalitarianism*, Lexington, Heath.
- Fainsod, Merle
 1953 *How Russia is Ruled*, Cambridge, Harvard University Press.
- Fehér, Ferenc e Heller, Agnes (eds.)
 1987 *Western Left, Eastern Left: Totalitarianism, Freedom and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, Rubens César
 1990 "O Fim do 'Outro Mundo' Socialista", in *Caderno de Idéias do Jornal do Brasil*, edição de 12 de agosto.
- Florinsky, M.
 1936 *Fascism and National Socialism: a Study of the Economic and Social Policies of the Totalitarian State*, Nova Iorque, editora não especificada.
- Friedrich, Carl
 1969 "The Evolving Theory and Practice of Totalitarian Regimes", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- Friedrich, Carl e Brzezinski, Zbigniew
 1965 *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Gleason, Abbott
 1984 "Totalitarianism in 1984", in *The Russian Review*, vol. 43, n. 2.
- Hayes, C. J. H.
 1940 "The Novelty of Totalitarianism in the History of Western Civilization", *Proceedings of the American Philosophical Society*, November 1939, Filadélfia, APS.
- Hosking, Geoffrey
 1990 *The Awakening of the Soviet Union*, Cambridge, Harvard University Press.
- Kassoff, Allen
 1964 "The Administered Society: Totalitarianism Without Terror", in *World Politics*, vol. 16, n. 4.
- Lefort, Claude
 1981 *L'Invention Démocratique: Les Limites de la Domination Totalitaire*, Paris, Fayard.

- Linz, Juan
 1975 "Totalitarian and Authoritarian Regimes", in F. Greenstein e N. Polsby (eds.), *Handbook of Political Science — Volume 3: Macropolitical Theory*, Reading, Addison-Wesley.
- Marcuse, Herbert
 1958 *Soviet Marxism: a Critical Analysis*, Nova Iorque, Columbia University Press.
 1964 *One Dimensional Man*, Boston, Beacon.
- Menze, Ernest (ed.)
 1981 *Totalitarianism Reconsidered*, Port Washington, Kennikat Press.
- Moore Jr., Barrington
 1954 *Terror and Progress. USSR*, Cambridge, Harvard University Press.
- Morin, Edgar
 s.d. "A Revolução Anti-Totalitária", in E. Morin, G. Bocchi e M. Ceruti, *Os Problemas do Fim do Século*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Motyl, Alexander
 1987 *Will the Non-Russians Rebel?*, Ithaca, Cornell University Press.
- Motyl, Alexander (ed.)
 1992 *The Post-Soviet Nation: Perspectives on the Demise of the USSR*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Neumann, Franz
 1957 *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*, Glencoe, Free Press.
- Paul, Ellen Frank (ed.)
 1990 *Totalitarianism at the Crossroads*, New Brunswick, Transaction Books.
- Popper, Karl
 1945 *The Open Society and Its Enemies*, Londres, Kegan Paul.
- Revel, Jean-François
 1978 *The Totalitarian Temptation*, Nova Iorque, Penguin Books.
- Russell, Bertrand
 1938 *Power: a New Social Analysis*, Londres, George Allen & Unwin.
- Sartori, Giovanni
 1993 "Totalitarianism, Model Mania and Learning from Error", in *Journal of Theoretical Politics*, vol. 5, n. 1.
- Schapiro, Leonard
 1955 *The Origin of Communist Autocracy: Political Opposition in the Soviet State, 1917-1922*, Londres, Bell.
 1960 *The Communist Party of the Soviet Union*, Nova Iorque, Vintage Books.
 1965 *The Government and Politics of the Soviet Union*, Londres, Hutchinson.
 1972a "Totalitarianism in the Doghouse", in L. Schapiro (ed.), *Political Opposition in One Party States*, Londres, Macmillan.
 1972b *Totalitarianism*, Londres, Macmillan.
- Schapiro, Leonard e Godson, Joseph (eds.)
 1981 *The Soviet Worker*, Londres, Macmillan.
- Spiro, H. J.
 1968 "Totalitarianism", in D. Sills (ed.), *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Nova Iorque, Free Press.

- Spiro, H. J. e Barber, B.
1970 "Counter-Ideological Uses of *Totalitarianism*", in *Politics and Society*, vol. 1, n. 1.
- Talmon, J. L.
1952 *The Rise of Totalitarian Democracy*, Boston, Beacon Press.
- Ulam, Adam
1963 *The New Face of Soviet Totalitarianism*, Cambridge, Harvard University Press.
- Whitfield, Stephen
1980 *Into the Dark: Hannah Arendt and Totalitarianism*, Philadelphia, Temple University Press.
- Wiatr, Jerzy e Przeworski, Adam
1966 "Control Without Opposition", in *Government and Opposition*, vol. 1, n. 2.
- Zinoviev, Alexander
198 *The Reality of Communism*, Londres, Gollancz.

III. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Pluralismo e Seus Críticos

- Barnard, F. M.
1991 *Pluralism, Socialism and Political Legitimacy: Reflections on Opening Up Communism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Biddulph, H. L.
198 "Local Interest Articulation at CPSU Congresses", in *World Politics*, vol. 34, n. 1.
- Brown, A. H.
1983 "Pluralism, Power and the Soviet Political System: a Comparative Perspective", in S. G. Solomon (ed.), *Pluralism in the Soviet Union*, Londres, Macmillan.
- Brucan, Silviu
1990 *Pluralism and Social Conflict: a Social Analysis of the Communist World*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Fainsod, Merle e Hough, Jerry
1979 *How the Soviet Union is Governed*, Cambridge, Harvard University Press.
- Friedgut, Theodore
1976 "Interest Groups in Soviet Policy-Making: the MTS Reforms", in *Soviet Studies*, vol. 28, n. 4.
1979 *Political Participation in the USSR*, Princeton, Princeton University Press.
- Gustafson, T.
1981 *Reform in Soviet Politics: Lessons of Recent Policies on Land and Water*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hammer, D,
1974 *USSR: the Politics of Oligarchy*, Hinsdale, Dryden.
- Hammer, D.
1979 *Bureaucratic Pluralism*, Moscou, mimeo.
- Hough, Jerry
1983 "Pluralism, Corporatism and the Soviet Union", in S. Solomon (ed.), *Pluralism in the Soviet Union*, Londres, Macmillan.

- Janos, Andrew
 1971 "Group Politics in Communist Societies: a Second Look at the Pluralist Model", in S. P. Huntington e C. H. Moore, *Authoritarian Politics in Modern Society: the Dynamics of Established One-Party Systems*, Nova Iorque, Basic Books.
- Kelley, D. R.
 1972 "Interest Groups in the USSR: the Impact of Political Sensitivity on Group Influence", in *The Journal of Politics*, vol. 34, n. 3.
 1976 "Environmental Policy-Making in the USSR: the Role of Industrial and Environmental Groups", in *Soviet Studies*, vol. 28, n. 4.
- Littlejohn, Gary
 1984 *A Sociology of the Soviet Union*, Londres, Macmillan.
- Lowenhardt, J. S.
 1981 *Decision-Making in Soviet Politics*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Odom, W. E.
 1976 "A Dissenting View on the Group Approach to Soviet Politics", in *World Politics*, vol. 28, n. 4.
- Skilling, H. Gordon
 1967 "Interest Groups and Communist Politics", in *World Politics*, vol. 19, n. 2.
- Skilling, H. Gordon e Griffiths, F.(eds.)
 1971 *Interest Groups in Soviet Politics*, Princeton, Princeton University Press.
- Solomon Jr., Peter H.
 1978 *Soviet Criminologists and Criminal Policy: Specialists in Soviet Policy-Making*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Truman, David
 1971 *The Governmental Process*, Nova Iorque, Knopf (originalmente publicado em 1951).

IV. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Corporativismo e Seus Críticos

- Black, Cyril
 1982 "Organizational Participation in Imperial Russia and the Soviet Union", trabalho apresentado à *American Association for the Advancement of Slavic Studies*, Washington D. C.
- Bunce, Valerie
 1983 "The Political Economy of the Brejnev Era: the Rise and Fall of Corporatism", in *British Journal of Political Science*, vol. 13, Parte 2.
- Bunce, Valerie e Echols III, John
 1980 "Soviet Politics in the Brezhnev Era: 'Pluralism' or 'Corporatism', in Donald R. Kelley (ed.), *Soviet Politics in Brezhnev Era*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Cawson, Alan
 1983 "Functional Representation and Democratic Politics: Towards a Corporatist Democracy", in G. Duncan (ed.), *Democratic Theory and Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Lehmbruch, Gerhard
 1983 "Interest Group Intermediation in Capitalist and Socialist Systems: Some Structural and Functional Perspectives in Comparative Research", in *International Political Science Review*, vol. 4, n. 2.
- McCain Jr., M. A.
 1983 "Soviet Jurists Divided: a Case for Corporatism in the USSR?", in *Comparative Politics*, vol. 15, n. 4.
- Offe, Claus
 1989 "A atribuição de *status* Público aos Grupos de Interesse" in Claus Offe, *Capitalismo Desorganizado*, São Paulo, Brasiliense.
- Pravda, A.
 1983 "Trade Unions in East European Communist Systems: Towards Corporatism?", in *International Political Science Review*, vol. 4, n. 2.
- Sakwa, Richard
 1989 *Soviet Politics: an Introduction*, Londres, Routledge.
- Schmitter, Phillippe C.
 1974 "Still the Century of Corporatism?", in *Review of Politics*, vol. 36, n. 1.

V. Indicações Bibliográficas para as Leituras da Burocracia e Seus Críticos

- Armstrong, John
 1965 "Sources of Administrative Behavior: Some Soviet and Western European Comparisons", in *American Political Science Review*, vol. 59, n. 3.
- Cohen, Stephen
 1977 "Bolshevism and Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton.
- Deutscher, Isaac
 1984 "The Roots of Bureaucracy", in I. Deutscher, *Marxism, Wars & Revolutions*, Londres, Verso.
- Hirszowicz, Maria
 1980 *The Bureaucratic Leviathan: a Study in the Sociology of Communism*, Londres, Martin Robertson.
- Hirszowicz, Maria
 1986 *Coercion and Control in Communist Society*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Meyer, Alfred
 1961 "USSR Incorporated", in *Slavic Review*, vol. XX, No. 3.
 1965 *The Soviet Political System*, Nova Iorque, Random House.
 1969 "The Comparative Study of Communist Political Systems", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.
- Michels, Robert
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*, Brasília, Editora da UNB.
- Nove, Alec
 1975a *Stalinism and After*, Londres, Allen & Unwin.

- Rigby, T. H.
 1973 "Bureaucratic Politics: an Introduction", in *Public Administration*, vol. 32, n. 1.
 1976 "Politics in the Mono-organizational Society", in A. Janos (ed.), *Authoritarian Politics in Communist Europe*, Berkeley, University of California Press.
 1980 "A Conceptual Approach to Authority, Power and Policy in the Soviet Union", in T. H. Rigby, A. Brown e P. Reddaway (eds.), *Authority, Power and Policy in the USSR*, Londres, Macmillan.
 1990 *The Changing Soviet System: Mono-organisational Socialism from its Origins to Gorbachev's Restructuring*, Hants, Edward Elgar.
- Rigby, T. H. e Fehér, Ferenc (eds.)
 1982 *Political Legitimation in Communist States*, Londres, Macmillan.
- Weber, Max
 1982 *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VI. Indicações Bibliográficas para as Leituras Centradas na Cultura Política

- Almond, Gabriel e Verba, Sydney
 1963 *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press.
- Berdiaev, Nicholas
 1937 *The Origin of Russian Communism*, Londres, Bles.
 1948 *The Russian Idea*, Nova Iorque, editora não especificada.
 1966 *The Russian Revolution*, Michigan, University of Michigan Press.
- Brown, Archie e Gray, Jack (eds.)
 1977 *Political Culture and Political Change in Communist States*, Londres, Macmillan.
- Davies, Joseph
 1942 *Missão em Moscou*, Rio de Janeiro, Editorial Calvino.
- De Gaulle, Charles
 1960 *The War Memoirs: Salvation, 1944-46*, Nova Iorque, editora não especificada.
- Huntington, Samuel
 1968 *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press.
 1993 "The Clash of Civilizations", in *Foreign Affairs*, Summer.
- Kavanagh, Dennis
 1972 *Political Culture*, Londres, Allen & Unwin.
 1980 *Political Science and Political Behaviour*, Londres, Allen & Unwin
- Miliukov, Pavel
 1927 *Rossia na Perelome*, Paris, editora não especificada.
- Montesquieu, Barão de
 1950-61 *L'Esprit des Lois*, 4 volumes. Paris, Les Belles-Lettres.
- Pye, Lucian e Verba, Sydney
 1965 *Political Culture and Political Development*, Princeton, Princeton University Press.
- Timashev, Nicholas
 1946 *The Great Retreat: the Growth and Decline of Communism in Russia*, Nova Iorque, editora não especificada.

- Tocqueville, Alexis de
 1945 *Democracy in America*, 2 volumes., Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- Tucker, Robert
 1971 *The Soviet Political Mind: Stalinism and Post-Stalin Change*, Nova Iorque, Norton.
 1977 "Introduction: Stalinism and Comparative Communism", in R. C. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton & Company.
 1985 "Lenin's Bolshevism as Culture in the Making", in A. Gleason, P. Kenez e R. Stites, *Bolshevik Culture*, Bloomington, Indiana University Press.
 1987 "Culture, Political Culture and Soviet Studies", in R. C. Tucker, *Political Culture and Leadership in Soviet Russia: from Lenin to Gorbachev*, Sussex, Wheatsheaf Books.
- White, Stephen
 1979 *Political Culture and Soviet Politics*, Londres, Macmillan.

VII. Indicações Bibliográficas para as Leituras sobre a
 Economia Planificada de Comando e Seus Críticos

- Blackburn, Robin
 1991 "Fin de Siècle: Socialism After the Crash", in R. Blackburn (ed.), *After the Fall*, Londres, Verso.
- Bettelheim, Charles
 1972 *Cálculo Económico y Formas de Propriedad*, Madrid, Siglo Veintiuno.
 1977 *A Planificação Socialista da Economia*, Lisboa, Edições 70.
- Dobb, Maurice
 1955 *Economic Theory and Socialism*, Nova Iorque, International Publishers.
 1978 *Soviet Economic Development since 1917*, Londres, Routledge & Kegan Paul (publicado originalmente em 1948).
- Hayek, Friedrich von
 1935a "The Nature and History of the Problem", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
 1935b "The present state of debate", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
 1940 "Socialist Calculation: the Competitive Solution", in *Economica*, maio, número não especificado.
 1946 *O Caminho da Servidão*, Rio de Janeiro, Editora Globo.
 1948 *Individualism and Economic Order*, Londres, editora não especificada.
- Jones, A. e Moskoff, W. (eds.)
 1991 *The Great Market Debate in Soviet Economics*, Armonk, M. E. Sharpe.
- Kalecki, Michal
 1972 *Selected Essays on the Economic Growth of the Socialist and Mixed Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kornai, Janos
 1980 *Economics of Shortage*, Amsterdão, North Holland Publishing Company.
 1990 *Vision and Reality, Market and State*, Nova Iorque, Harvester Wheatsheaf.

- Lange, Oskar e Taylor, F.
 1938 *On the Economic Theory of Socialism*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Mises, Ludwig von
 1935 "Economic calculation in the socialist commonwealth", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul (originalmente publicado em 1920).
 1978 *Omnipotent Government: the Rise of the Total State and Total War*, Nova Rochelle, Arlington House (originalmente publicado em 1944).
 1981a *Socialism: an Economic and Sociological Analysis*, Indianapolis, Liberty Press (originalmente publicado em 1922).
 1981b *The Anti-Capitalist Mentality*, South Holland, Libertarian Press (originalmente publicado em 1956).
 1986 *As Seis Lições*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Nove, Alec
 1989 *A Economia Política do Socialismo Possível*. São Paulo, Editora Ática.
- Polanyi, Karl
 1980 *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Editora Campus (publicado originalmente em 1944).
- Rydenfelt, Sven
 1987 *Crise nas Economias Socialistas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Sorman, Guy
 1991 *Sair do Socialismo*, Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- Steele, David Ramsay
 1992 *From Marx to Mises*, La Salle, Open Court.

VIII. Indicações Bibliográficas para as Teorias da Convergência e Seus Críticos

- Aron, Raymond
 1962 *Dix-huit Leçons sur la Société Industrielle*, Paris, Gallimard.
 1964 *La Lutte de Classes — Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*, Paris, Gallimard.
 1983 *Mémoires — 50 Ans de Réflexion Politique*, Paris, Julliard.
- Bell, Daniel
 1977 *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, São Paulo, Editora Cultrix.
- Burnham, Peter
 1941 *The Managerial Revolution*, Nova Iorque, John Day.
- Duverger, Maurice
 1956 "La Seconde Etape", *Le Monde*, 28 de junho.
 1964 *Introduction a la Politique*, Paris, Gallimard.
 1972 *Janus, Les Deux Faces d l'Occident*, Paris, Fayard.
- Lane, David
 1970 *Politics and Society in the USSR*, Londres, Weidenfield and Nicholson.
 1978 *The Socialist Industrial State*, Londres, George Allen & Unwin.

- 1982 *The End of Social Inequality: Class, Status and Power under State Socialism*, Londres, George Allen & Unwin.
- Meyer, Alfred
1970 "Theories of Convergence", in C. Johnson (ed.), *Change in Communist Systems*, Stanford, Stanford University Press.
- Sorokin, P.
1947 *Society, Culture and Personality, Their Structure and Dynamics*, Nova Iorque, Cooper.

IX. Indicações Bibliográficas para as Teorias da Modernização e do Desenvolvimento

- Almond, Gabriel e Coleman, James
1960 *The Politics of Developing Areas*, Princeton, Princeton University Press.
- Almond, Gabriel e Powell, G. Bingham
1978 *Comparative Politics: System, Process and Policy*, Boston, Little Brown.
- Benjamin, Roger e Kautsky, John
1969 "Communism and Economic Development", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.
- Black, Cyril (ed.)
1960 *The Transformation of Russian Society: Aspects of Social Change since 1861*, Cambridge, Harvard University Press.
- Buroway, Michael
1992 "The End of Sovietology and the Renaissance of Modernization Theory", in *Contemporary Sociology*, vol. 21, n. 6.
- Erlich, Alexander
1960 *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928*, Cambridge, Harvard University Press.
- Gershenkron, Alexander
1973 *El Atraso Económico en su Perspectiva Historica*, Barcelona, Editora Ariel (publicado originalmente em 1962).
- Hoffman, P. e Laird, R.
1982 *The Politics of Economic Modernization in the Soviet Union*, Ithaca, Cornell University Press.
- Inkeles, Alex e Smith, David
1974 *Becoming Modern*, Cambridge, Harvard University Press.
- Kautsky, John
1968 *Communism and the Politics of Development*, Nova Iorque, John Wiley.
- Laue, Theodor von
1960 "The State and the Economy", in C. Black (ed.), *The Transformation of Russian Society: Aspects of Social Change since 1861*, Cambridge, Harvard University Press.
- 1963 *Sergei Witte and the Industrialization of Russia*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Nove, Alec
1986 *Socialism, Economics and Development*, Londres, Allen & Unwin.

- Rostow, Walt
 1953 *The Process of Economic Growth*, Oxford, Clarendon Press.
 1960 *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Harvard University Press.
 Triska, J. e Cocks, P. (eds.)
 1977 *Political Development in Eastern Europe*, Nova Iorque, Praeger Publishers.

X. Indicações Bibliográficas para as Leituras Baseadas no Estrutural-Funcionalismo e Seus Críticos

- Almond, Gabriel
 1956 "Comparative Political Systems", in *Journal of Politics*, vol. 18.
 Almond, Gabriel e Powell, G. Bingham
 1966 *Comparative Politics: a Developmental Approach*, Boston, Little Brown.
 Aspaturian, Vernon
 1971 *Process and Power in Soviet Foreign Policy*, Boston, Little Brown.
 Barghoorn, Frederic
 1966 *Politics in the USSR*, Boston, Little Brown.
 Easton, David
 1965 *A Systems Analysis of Political Life*, Nova Iorque, John Wiley.
 Gehlen, Michael
 1986 *The Communist Party of the Soviet Union: a Functional Analysis*, Bloomington, Indiana University Press.
 Lane, David
 1986 *Politics in the USSR*, Boston, Little Brown.
 Oliver, James
 1969 "Citizen Demands and the Soviet Political System", in *World Politics*, vol. 63, n. 2.

XI. Indicações Bibliográficas para os Enfoques da História Econômica, Sociologia Histórica e História Social

- Benvenuti, Francesco
 1988 *Fuoco sui Sabotatori! Stachonovismo e Organizzazione Industriale in URSS: 1934-1938*, Roma, Valerio Levi Editore.
 Benvenuti, Francesco e Pons, Silvio
 1988 *Il Sistema di Potere dello Stalinismo: Partito e Stato in URSS: 1933-1953*, Milão, Franco Angeli Libri.
 Bettelheim, Charles
 1974-83 *Les Luttés de Classes en URSS*, Paris, Maspéro/Seuil, 4 volumes.
 Carr, E. H.
 1966 *The Bolshevick Revolution, 1917-1923*, Harmondsworth, Penguin Books, 3 volumes.
 1969 *The Interregnum, 1923-1924*, Harmondsworth, Penguin Books.

- 1970-72 *Socialism in One Country, 1924-1926*, Harmondsworth, Penguin, 3 volumes.
- Carr, E. H., e Davies, R. W.
 1971-74 *Foundations of a Planned Economy, 1926-1929*, Harmondsworth, Penguin Books, 3 volumes.
- Chase, William J.
 1987 *Workers, Society and the Soviet State: Labor and Life in Moscow, 1918-1929*, Urbana, University of Illinois Press.
- Cohen, Stephen
 1986 "Stalin's Terror as Social History", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Davies, R., Harrison, Mark e Wheatcroft, S. (eds.)
 1994 *The Economic Transformation of the Soviet Union*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Eley, Geoff
 1986 "History With the Politics Left Out — Again?", in *The Russian Review*, vol. 45, n. 4.
- Fitzpatrick, Sheila
 1970 *The Commissariat of Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1979 *Education and Social Mobility in the Soviet Union, 1921-1934*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1982 *The Russian Revolution*, Oxford, Oxford University Press.
 1986a "New Perspectives on Stalinism", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
 1986b "Afterword: Revisionism Revisited", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Getty, J. Arch
 1985 *Origins of the Great Purges*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kenez, Peter
 1986 "Stalinism as Humdrum Politics", in *The Russian Review*, vol. 45, n. 4.
- Koenker, D. (ed.)
 1989 *Party, State and Society in the Russian Civil War: Explorations in Social History*, Bloomington, Indiana University Press.
- Kuromiya, Horoaki
 1988 *Stalin's Industrial Revolution: Politics and Workers: 1928-1932*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lampert, Nick e Rittersporn, Gábor (eds.)
 1992 *Stalinism: Its Nature and Aftermath*, Londres, Macmillan.
- Lewin, Moshe
 1968 *Russian Peasants and Soviet Power: a Study of Collectivization*, Londres, Allen and Unwin.
 1974 *Political Undercurrents in Soviet Economic Debates*, Princeton, Princeton University Press.
 1977 "The Social Background of Stalinism", in R. C. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton & Company.
 1985 *The Making of the Soviet System: Essays in the Social History of Interwar Russia*, Nova Iorque, Pantheon Books
 1988 *O Fenômeno Gorbachev*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- Lewin, Moshe e Kihm, Alain
 1982 "Aux Prises avec le Stalinisme: Quelques Reflexiones Historiques", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 43.
- Manning, Roberta
 1985 *Government in the Soviet Countryside in the Stalinist Thirties: The Case of the Delvi Raion in 1937*, Pittsburgh, University of Pittsburgh.
- Mcauley, Mary
 1991 *Bread and Justice: State and Society in Petrograd, 1917-1922*, Oxford, Oxford University Press.
- Meyer, Alfred
 1986 "Coming to Terms with the Past... and with One's Older Colleagues", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Moore Jr., Barrington
 1966 *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge, Harvard University Press.
- Nove, Alec
 1977 *The Soviet Economic System*, Boston, Allen & Unwin.
 1984 *An Economic History of the USSR*, Middlesex, Penguin Books.
- Rittersporn, Gábor (ed.)
 1988 *Simplifications Staliniennes et Complications Soviétiques: Tensions Sociales et Conflicts Politiques en URSS, 1928-1953*, Paris, Editions des Archives Contemporaines.
- Rosenberg, William e Siegelbaum, Lewis (eds.)
 1993 *Social Dimensions of Soviet Industrialization*, Bloomington, Indiana University Press.
- Siegelbaum, Lewis H.
 1988 *Stakhanovism and the Politics of Productivity in the USSR, 1935-1941*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Skocpol, Theda
 1979 *States and Social Revolutions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Viola, Lynne
 1987 *The Best Sons of the Fatherland: Workers in the Vanguard of Soviet Collectivization*, Oxford, Oxford University Press.

XII. Indicações Bibliográficas Gerais

- Amin, Samir
 1992 "Thirty Years of Critique of the Soviet System", in *Monthly Review*, vol. 44, n. 1.
- Anderson Perry
 1976 *Considerations on Western Marxism*, Londres, Verso.
- Arnason, Johann
 1993 *The Future that Failed: Origins and Destinies of the Soviet Model*, Londres, Routledge.
- Batsell, W.
 1934 *Soviet Rule in Russia*, Londres, Macmillan.

- Chamberlin, William
 1930 *Soviet Russia*, Boston, Little, Brown.
 1935a *The Russian Revolution, 1917-1921*, editora não especificada.
- Cohen, Stephen,
 1980 *Bukharin and the Bolshevik Revolution*, Oxford, Oxford University Press.
- Elleinstein, Jean
 1975 *L'URSS Contemporaine — Histoire de l'URSS*, Paris, Editions Sociales, vol. 4.
- Elleinstein, Jean e Latham, Peter
 1976 *The Stalin Phenomenon*, Londres, Lawrence and Wishart.
- Fernandes, Luis
 1987 “O Marxismo e o Debate sobre a Natureza da Sociedade Soviética”, in *Comunicação e Política*, vol. 1, n. 7.
 1991 “Sobre a Natureza das Sociedades do Leste”, in *Princípios*, No. 23.
- Gide, André
 1936 *Return from the USSR*, editora não especificada.
- Gill, Graeme
 1990 *The Origins of the Stalinist Political System*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Harding, Neil (ed.)
 1984 *The State in Socialist Society*, Londres, Macmillan.
- Harper, Samuel
 1938 *The Government of the Soviet Union*, Nova Iorque, D. Van Nostrand.
- Ionescu, Ghita
 1967 *The Politics of East European States*, Londres, Wedenfeld and Nicholson.
- Johnson, Chalmers
 1970 “Comparing Communist Nations”, in C. Johnson (ed.), *Change in Communist Systems*, Stanford, Stanford University Press.
- Johnson, Hewlett
 1940 *The Soviet Power*, Nova Iorque, International Publishers.
- Lane, David (ed.)
 1992 *Russia in Flux: the Political and Social Consequences of Reform*, Londres, Edward Elgar.
- Laquer, Walter
 1964 “In Search of Russia”, in *Survey*, No. 50.
- Maxwell, B.
 1930 *The Soviet State*, Topeka, Steves and Wayburn.
- Mcauley, Martin
 1983 *Stalin and Stalinism*, Harlow, Longman, 1983.
- Mcauley, Mary
 1992 *Soviet Politics, 1917-1991*, Oxford, Oxford University Press.
- Medvedev, Roy
 1979 *On Stalin and Stalinism*, Oxford, Oxford University Press.
- Meyer, Alfred
 1989 “The Origins of Stalinism: a Review Article”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 31, n. 1.

- Mills, C. Wright.
1956 *The Power Elite*, Londres, Oxford University Press.
- Nove, Alec
1964 *Economic Rationality and Soviet Politics: Was Stalin Really Necessary*, Londres, Allen & Unwin.
1975b "Is There a Ruling Class in the USSR?", in *Soviet Studies*, vol. 27, n. 4.
- Reiman, Michal
1987 *The Birth of Stalinism: the USSR on the Eve of the "Second Revolution"*, Bloomington, Indiana University Press.
- Sartori, Giovanni
1970 "Concept Misformation in Comparative Politics", in *American Political Science Review*, vol. 64, n. 4.
- Sinkovics, Alfred
1991 "Feudal State Socialism and the Theory of Scientific Socialism", in *Coexistence*, Vol. 28, No. 3.
- Tucker, Robert
1967 "On the Comparative Study of Communism", in *World Politics*, vol. 19, n. 2.
- Webb, Sidney e Webb, Beatrice
1935 *Soviet Communism: a New Civilization*, Londres, Longmans.
- White, Stephen e Nelson, Daniel (eds.)
1982 *Communist Legislatures in Comparative Perspective*, Londres, Macmillan.
- Zaslavsky, Victor
1984 "Soviet Society and the World Systems Analysis", in *Telos*, n. 62.